

SUMÁRIO

INCLUSÃO: A ATUAL SITUAÇÃO	2
Edivânia Alves dos Santos.....	2
Danieli Marcia Pereira Rheinheimer	2
 BREVES NOTAS SOBRE O ANTICOMUNISMO NA ERA VARGAS EM MATO GROSSO (1930 A 1945).....	11
Jucineide Moreira de Souza Pereira.....	11
Antuterpio Dias Pereira	11
 ESCRavidÃO CONTEMPORÂNEA E MIGRAÇÃO NORDESTINA (NEGRA) COMO BASE DO AGRONEGÓCIO EM RONDONÓPOLIS- MT: DE 1940 A 2011	18
Antutérpio Dias PEREIRA[1]	18
Marla Denilse Rheinheimer	18
Gustavo Leandro Martins dos Santos	18
Ideylson Vieira dos Anjos.....	18
 INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE MATEMÁTICA E CIÊNCIAS DA NATUREZA: ENSINO DE GEOMETRIA ATRAVÉS DO ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS ABELHAS.....	33
Jusciberto Moreira dos Santos;	33
Hosana Aparecida Pereira dos Santos;	33
Vívica Lúcia Juvino de Lemos Cardoso;.....	33
Fernando Henrique Cardoso	33
 O CHEQUE PÓS-DATADO: À Luz do Código de Defesa do consumidor	48
Marla Denilse Rheinheimer	48

INCLUSÃO: A ATUAL SITUAÇÃO

Edivânia Alves dos Santos¹
Danieli Marcia Pereira Rheinheimer²
Ideylson Vieira dos Anjos³

RESUMO

O presente artigo traz uma reflexão sobre a inclusão na atualidade, uma questão que é muito discutida, mas que requer de toda sociedade uma mudança nas suas atitudes diante das diferenças. O trabalho pretende mostrar que apesar da inclusão nos dias atuais ser garantida por lei, há a necessidade de mudanças no pensamento e comportamento das pessoas. Apresentamos ainda uma reflexão sobre a necessidade da escola está trabalhando de uma forma mais abrangente a inclusão e para isso a mesma precisa repensar o seu papel, conscientizar seus profissionais sobre a verdadeira escola inclusiva. . Pretendemos fazer uma análise da situação, uma vez que entendemos ser a escola um meio para oferecer aos jovens e adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos.

Palavras-Chaves: Inclusão, Conscientização, Escola.

INTRODUÇÃO

Uma das principais questões que se discutem na sociedade na atualidade é sobre a inclusão, tema este que requer de cada um de nós, uma análise profunda sobre a atual situação da questão.

Há vários anos, vem sendo criado leis que garantem as pessoas com necessidades especiais, o direito de igualdade, de participar ativamente da vida em comunidade, mas a inclusão vai além disso, não é apenas colocar no grupo, mas aceitar, incluir totalmente, em todos os sentidos.

A escola é uma das instituições que está sendo responsável pela mudança em relação a questão, em fazer a diferença, conscientizando sua clientela sobre a inclusão, a aceitação do dito diferente, mas analisando a realidade atual, vemos que a mesma não está preparada para enfrentar o problema. Estamos imersos em uma cultura da discriminação, na qual a demarcação entre nós e os outros é uma prática social permanente que se manifesta pelo não reconhecimento dos que consideramos não somente diferentes, mas, em muitos casos, inferiores, por diferentes características identitárias e comportamentos.

¹ Professora, formada em pedagogia e especialização em Psicopedagogia.

² Professora na Educação Infantil, formada em pedagogia e especialização em Psicopedagogia.

³ Professor Mestre da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço.

No presente artigo, apresentamos uma reflexão sobre a inclusão e como a mesma acontece na sociedade atual. Analisamos o papel da escola diante da inclusão, da diversidade existente e vimos que a mesma ainda não está preparada, pois ainda não houve uma conscientização daqueles que nela atuam e finalizando, falamos um pouquinho sobre a educação especial.

INCLUSÃO: A REAL SITUAÇÃO

1- A inclusão e a sociedade na atualidade.

A inclusão é uma questão que vem sendo discutida em toda a sociedade mundial e quer dizer incluir algo ou alguém que está fora do grupo, que foi excluído, tirado fora. Do verbo incluir (do latim *includere*), no sentido etimológico, significa conter em, compreender, fazer parte de, ou participar de.

De acordo com a Cartilha de Convenção Nacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, o conceito de inclusão refere-se:

Ao processo de construção de uma sociedade para todos e, portanto, os alvos de transformação são os ambientes sociais e não a pessoa. Assim, o termo inclusão não deve ser usado como sinônimo de inserção ou integração. (CNSDPD, 2012).

A inclusão se tornou uma necessidade de toda sociedade nos últimos dez anos, buscar a convivência, olhar para o outro, respeitando suas diferenças, mas ainda hoje, podemos dizer que ainda não foi definitivamente efetivada, mas se encontra apenas no papel.

Ao analisarmos no contexto social, as pessoas no nosso convívio, podemos notar que não existe a inclusão propriamente dita, mas um disfarce em que tentamos enganar o meu próximo.

No Brasil, podemos notar que existem diversas culturas, diversas raças, credo religioso e que há uma exclusão tremenda entre a sociedade em geral. Pode-se perceber que existe uma aceitação mascarada das diferenças, mas na realidade, há um conflito muito grande entre grupos sociais. Há diferenças entre o pobre e o rico, o negro e o branco, ou seja, não há conscientização quanto a aceitação do dito diferente.

De acordo com Nascimento (2001), ao observarmos algumas publicações da mídia, posicionamentos públicos e outros, é que temos a impressão de que as coisas melhoraram no tocante à questão racial, mas quando olhamos para a pesquisa social nos deparamos com a realidade, onde as pessoas continuam sendo discriminadas, onde o preconceito esta sempre presente, uma realidade onde ser diferente ainda incomoda.

Apesar de termos documentos que garantam a igualdade entre todos, nota-se na sociedade atual, a desvalorização do ser humano, o desrespeito quanto a diversidade cultural que temos. Infelizmente, muitas pessoas sofrem por não terem as mesmas condições, por terem classe social diferente.

Uma das grandes problemáticas existente na nossa sociedade é a questão racial, onde a cor determina para muitas pessoas onde as mesmas devem ir, o que devem fazer, ou seja, limita as suas condições de vida, a sua convivência na sociedade.

Segundo Nogueira (2006, p. 296);

No Brasil, a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços negróides, e tal preconceito não é incompatível com os mais fortes laços de amizade ou com manifestações incontestáveis de solidariedade e simpatia. Os traços negróides, especialmente numa pessoa por quem se tem amizade, simpatia ou deferência, causam pesar, do mesmo modo por que o causaria um “defeito” físico. (...)

Entende-se que há uma necessidade moral da superação das diferenças raciais existente no meio das pessoas, mas o que mais podemos presenciar são as agressões, os ataques verbais que podem destruir a auto estima de muitos.

Estamos vivendo em um mundo onde as pessoas querem ser iguais, onde muitos visam uma sociedade homogênea, o que é difícil, pois somos diferentes, temos diferentes formas de pensar, de agir, de se vestir e outros. É preciso que as pessoas aprendam a lidar com as diferenças e para isso, precisam reconhecer, aceitar que ela existe.

Para uma mudança neste paradigma, o ser humano precisa aceitar o outro como ele é, mas infelizmente o que mais acontece na sociedade atual é a exclusão de muitas pessoas e isto se dá devido as suas diferenças. Fala-se muito em uma sociedade democrática, onde todos possam desenvolver seu papel, onde as diversidades são respeitadas, mas de fato isto não acontece.

De acordo com Aranha(2001):

A ideia de inclusão fundamenta-se numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social. (ARANHA, 2001,p. 35)

Observando a fala do autor, podemos notar que ainda estamos vivendo na contramão quanto a ideia de inclusão, pois as diversidades existentes no nosso meio, que deveriam servir de aprendizado, se tornam questões de conflitos entre a sociedade. Podemos também notar que as oportunidades não são dadas a todos com principio de igualdade, mas observando as peculiaridades do indivíduo. Há distinção entre raça, cor, sexo, classe social em todos os

setores da sociedade, ou seja, a exclusão continua sendo uma doença que predomina no meio da sociedade.

Para uma verdadeira mudança na sociedade, é preciso que as pessoas mudem sua postura, saibam que perante Deus somos todos iguais e que as diferenças existentes são para nosso crescimento, nosso aprendizado e para que o mundo fique mais colorido. Devemos amar mais, obedecer o mandamento deixado por Jesus: “ Ame o seu próximo, como a si mesmo”.

A ESCOLA E A INCLUSÃO

A escola tem sido vista como um meio para a superação do problema da inclusão, muitos veem na mesma a esperança de mudança na conscientização da sociedade, mas ao adentrarmos no contexto, podemos notar que a escola não está preparada para isso.

A inclusão vai muito mais além do que muitas pessoas imaginam e na escola, ela vai além de preparar o espaço físico para receber as crianças com deficiências, mas em mudança de postura dos profissionais que nela atuam, pois muitas de nossas crianças são marginalizadas, discriminadas nas escolas por não terem o mesmo desenvolvimento das crianças ditas normais.

Pode-se observar que os profissionais, em sua grande maioria não estão preparados para trabalhar dentro de um processo inclusivo, o que se torna difícil alcançar os objetivos propostos. A inclusão já diz que é incluir, aceitar, conviver com as diferenças e isto muitas vezes não acontece na escola, pois queremos salas homogêneas, onde todas as crianças tenham o mesmo comportamento e o mesmo ritmo de aprendizagem.

Antes de falarmos da inclusão das deficiências, temos que rever a inclusão de um modo geral, aceitando as crianças como elas são, respeitando suas individualidades. Infelizmente, ainda nos dias atuais, vemos crianças sendo excluídas por não estarem limpinhas, por não apresentarem as mesmas condições de aprendizagem dos demais.

Hoje se diz que as escolas trabalham a educação inclusiva, mas as mudanças que encontramos é apenas estrutural, muitas escolas mudaram as formas de acesso, construíram rampas, adaptaram banheiros e outro, mas o principal ainda continua da mesma forma, não há uma reforma na parte pedagógica para a inclusão, os métodos de ensino são os mesmos, continuando assim a exclusão.

Quando falamos em transformações, mudanças, estamos falando em todos os aspectos, incluindo instalações físicas, equipamentos, estrutura administrativa e metodológica, que implica desafios para todos dentro da escola.

Infelizmente, em nossas escolas há muito preconceito, discriminação, ou seja, há um clima hostil, não há um ambiente agradável quando se trata de incluir, a diversidade não é valorizada, as pessoas não conseguem conviver harmoniosamente com as diferenças.

De acordo com BAUMAN, (2001):

A capacidade de conviver com a diferença, sem falar na capacidade de gostar dessa vida e beneficiar-se dela, não é fácil de adquirir e não se faz sozinha. Essa capacidade é uma arte que, como toda arte requer estudo e exercício. A incapacidade de enfrentar a pluralidade de seres humanos e a ambivalência de todas as decisões classificatórias, ao contrário, se autoperpetuam e reforçam: quanto mais eficazes a tendência á homogeneidade e o esforço para eliminar a diferença, tanto mais difícil sentir-se á vontade em presença de estranhos, tanto mais ameaçadora a diferença e tanto mais intensa a ansiedade que ela gera (BAUMAN, 2001, p. 123).

Diante da fala do autor, podemos entender que para convivermos com a diferença, é preciso exercitarmos, trabalharmos juntos para vencermos as barreiras. Quando não agimos, não enfrentamos a pluralidade, quando não mudamos de atitude, contribuimos para que o preconceito, a discriminação, se perpetuem cada vez mais.

A educação tem papel fundamental, pois a escola é o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

Para Vagula (2014), a escola deve cultivar o exercício da tolerância, reconhecendo a diferença do outro e suas particularidades. As diferenças podem ser indicadores de preconceitos ou estereótipos, precisam ser valorizadas e possibilitar a construção de novas concepções. O preconceito tem um efeito limitador em relação á autonomia e á liberdade, impedindo sua total participação na sociedade. Ainda de acordo com a autora, a escola, como espaço de socialização, difunde valores e atitudes, que necessitam ser problematizados, e possibilitar o compromisso do professor, com a valorização da diversidade, para que possibilite a reconstrução de seus fazeres, reconhecendo a diversidade como possibilidade de aprendizagem. É necessário um diálogo intenso com os diversos segmentos para ampliar ações que contribuam com a inclusão e a inserção. Com o cumprimento de seus objetivos, a escola pode incorporar novas concepções sobre a inclusão escolar, diminuindo atitudes de resistência ao atendimento.

A educação para a diversidade deve estar presente em todo o currículo e em todo o ambiente escolar. A diversidade dos alunos é uma fonte de enriquecimento mútuo, de intercâmbio de experiências, que lhes permite conhecer outras maneiras de ser e de viver e que

desenvolve neles atitudes de respeito e de tolerância juntamente com um amplo sentido da relatividade dos próprios valores e costumes.

Para que a escola possa desenvolver o papel de transformadora, onde mudanças no comportamento do indivíduo possa acontecer, é preciso que haja primeiramente então, mudança na própria escola, onde seus profissionais, todos aqueles que estão envolvido no processo sejam qualificados, passem por formação adequada para que possam atuar de forma correta, pois só podemos ensinar, passar a frente, aquilo que realmente vivemos, aquilo que acreditamos e infelizmente a escola não está preparada para isso.

Para que um professor possa trabalhar sobre a diversidade, sobre as diferenças em suas aulas, ele precisa realmente valorizar, respeitar as diferenças existentes e nem sempre isto é uma verdade, pois se fala mas o agir, as atitudes mostram ao contrário.

Na atualidade, fala-se muito sobre a educação inclusiva, a educação especial, mas voltamos a ressaltar que inclusão se parte do todo e não apenas de um grupo, pois todos possuem suas diferenças. A inclusão das pessoas com necessidades especiais só será efetivada a partir da conscientização do ser humano, de que independente de nossas condições temos os mesmos direitos e que precisamos respeitar este princípio de igualdade. Aceitar o outro como ele é.

Para Vagula (2014),

O projeto inclusivo precisa ser assumido por todos, a fim de que, por meio de um projeto político-pedagógico que assumo o compromisso com a diversidade, baseado em princípios democráticos, possa realizar adaptações curriculares, que permitam concretizar metas, sustentadas em novos paradigmas, desafiando o professor a ser flexível, levando-o a caminhar para níveis mais elevados de formação, compromisso e enfrentamento das dificuldades em relação ao processo inclusivo. (VAGULA, 2014, p. 55).

A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Educação Especial pode ser entendida como a educação especialmente projetada para sujeitos em situação de deficiência ou em dificuldades de vida.

De acordo com o plano nacional de educação (PNE), a educação especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que tem por finalidade dar apoio, suporte ao professor e ao aluno no ensino regular no que diz respeito a recursos materiais,

físicos e humanos e sala de recursos, bem como complementar o currículo viabilizando o acesso quando necessário em turno inverso e suplementar. Ela não deve ser excludente, mas garantir o direito daqueles que necessitam á uma aprendizagem significativa.

Ao analisarmos o trabalho na escola com relação á educação especial, podemos afirmar que o mesmo está ainda muito aquém do que deveria ser, pois o governo implantou, mas não qualificou os profissionais para que atuem com a demanda. pode-se notar também que há uma grande rotatividade com aqueles que recebem qualquer formação para atuar na educação especial e desta forma, não se consegue dar uma continuidade no trabalho.

O governo federal tem criado leis, decretos, que visam garantir o acesso das pessoas com necessidades especiais nas escolas e uma dessas criações foi a sala de Recursos Multifuncionais, que tem como objetivo apoiar e complementar as ações desenvolvidas no ensino regular, tendo o seu funcionamento no período contraturno.

Mas o que temos que observar é que não apenas o acesso tem que ser garantido, mas terem os mesmos direitos a uma aprendizagem significativa. Dentro deste contexto, entendemos que uma criança com necessidades especiais deve estar na sala de recursos e na sala regular normalmente e aí entra o desafio do professor que deve buscar metodologias, recursos que possam ajudar no trabalho com esta criança.

Na atualidade, o que podemos ver nas escolas, é que estas crianças, quando chegam na sala regular, ficam perdidas, sem o devido apoio que deveriam ter por parte dos professores. Muitas vezes, na sala regular a criança com necessidades especiais ficam esquecidas, não conseguindo acompanhar a turma e não tendo uma atividade que possa desenvolver sozinha. Outro fator a ser observado, é que ás vezes estas crianças só frequentam a sala de recurso, que nem sempre possui toda estrutura necessária para o atendimento e desenvolvimento da mesma.

O que queremos dizer com relação a educação especial, é que mesmo com todo esforço do governo, com todo investimento realizado, construindo escolas com estruturas físicas adequadas, fornecendo materiais pedagógicos adequados, não significa que temos uma educação inclusiva, uma educação que todos os indivíduos tenha os mesmos direitos de acesso á escola.

Ressaltamos que, incluir é colocar no grupo aquele que estava fora e desta forma, a inclusão não está sendo realizada, pois o diferente não está sendo aceito de forma total, mas ainda com algumas ressalvas. A inclusão só acontece quando a escola é de todos, quando há um currículo flexível e adaptado.

Segundo Martins (2006), há alguns elementos fundamentais para que a escola seja aberta a todos:

- Adoção efetiva de políticas inclusivas;
- Gerar mudanças na escola para que atenda as necessidades de todos;
- Levar os professores à reflexão sobre seu compromisso com a aprendizagem de todos, preparando-os para ensinar;
- Possibilitar que os alunos especiais possam sentir-se integrados à escola, “aceitos e apoiados por seus pares e pelos demais membros da escola” (MARTINS, 2006, p. 19).

A escola para realizar de fato a inclusão de todos os indivíduos, precisa buscar novas práticas, novas atitudes, levando em conta as características de cada indivíduo. Ela precisa buscar parcerias, planejar suas ações, ter um currículo aberto à diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre a inclusão na sociedade em que vivemos é um grande desafio, pois vivemos em uma sociedade preconceituosa, uma sociedade em que existem diversas barreiras que colabora para a exclusão de muitos indivíduos. Um dos grandes desafios que temos é a conscientização quanto a aceitação das pessoas com suas diferenças, com suas limitações, pois grande parte não vê nas diferenças uma oportunidade de crescimento, de aprendizado.

Diante do exposto, acreditamos que é necessário levar a sociedade a uma reflexão sobre a mudança de postura que deve acontecer para que realmente a inclusão seja efetivada. É preciso mostrar que se entendermos que as diferenças físicas, intelectuais e sociais que existem entre as pessoas, não as tornam menores ou maiores. Dentro das escolas também há a necessidade de entendermos que incluir exige uma mudança de postura, uma transformação na sua forma de trabalhar, na forma de entender as diferenças. É preciso elaborar propostas pedagógicas que realizem mudanças radicais em toda a estrutura educacional, propostas pedagógicas que não vejam o indivíduo como um ser homogêneo, mas que vise às diferenças, a individualidade de cada um.

Precisamos adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, respeito esse necessário ao convívio numa sociedade democrática e pluralista.

Vale ressaltar que é necessário, trabalhar para uma escola inclusiva, onde todos possam ter os mesmos direitos de acesso, liberdade de expressão e outros.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, n.º 21, março, 2001.

BASIL, Carmem. **Os alunos com paralisia cerebral e outras alterações motoras.** In: COLL, César, MARCHESI, Alvaro; PALÁCIOS, Jesús. (Org.). transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, p, 215 – 233.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.
MARCHESI, Alvaro. **A prática das escolas inclusivas.** In: COLL, César, MARCHESI, Alvaro; PALÁCIOS, Jesús. (Org.). **Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 31- 48.

MUNANGA, Kabengele. **As Facetas de um Racismo Silencioso.** In: SCHWARCZ, L.M. & QUEIROZ, R.S. (Org.) **Raça e Diversidade.** São Paulo: Edusp, 1996.

MILLER, N. B. **Ninguém é perfeito.** 3. ed. Campinas: Papyrus, 2002.

VAGULA, Edilaine. Educação inclusiva e língua brasileira de sinais/ Edilaine Vagula, Sandra Cristina Malzinoti Vedoato- Londrina: Unopar, 2014.

MARTINS, Lúcia de Araújo ET AL. **Inclusão: compartilhando saberes.** Petrópolis: Vozes, 2006.

BREVES NOTAS SOBRE O ANTICOMUNISMO NA ERA VARGAS EM MATO GROSSO (1930 A 1945).

Jucineide Moreira de Souza Pereira¹
Antuterpio Dias Pereira²

APRESENTAÇÃO

O século XX assistiu grande avanço dos meios de comunicação, levando a propaganda política a adquirir grande importância principalmente na Europa, onde o nazi-fascismo explorou habilmente os poderes da propaganda política.

Vargas, oriundo de um golpe militar que o colocou no poder em 1930 e mantendo uma estreita ligação ideológica com outros regimes autoritários busca, o controle dos meios de comunicação na tentativa, de modelar a consciência política nacional a seu favor. Inicialmente reedita a Lei de segurança Nacional ininterruptamente, cria o Departamento Nacional de Propaganda- DNP e finalmente o Departamento de Imprensa e Propaganda DIP³, que estava incubido da propaganda política a favor de seu governo e da criação estereotipada do comunista, como o inimigo da humanidade.

Desta forma, este projeto de pesquisa, visa estudar de modo particular, qual o papel da imprensa matogrossense no período de 1930-1945, na formação do complô comunista internacional e do mito de Vargas como homem providencial.

Nosso objetivo neste artigo será o estudo e a análise do discurso anticomunista na imprensa mato-grossense durante o primeiro Governo de Getulio Vargas, considerando que dois dos interventores federais em Mato Grosso, Fenelon e Júlio Muller, eram irmãos de Filinto Muller, o chefe da polícia política e íntimo colaborador do Varguismo no que se refere à propaganda política e a sistemática repressão aos inimigos do governo.

Segundo NEGRÃO⁴ as formas de combate ao inimigo “vermelho”, no período citado,

¹ Jucineide Moreira de Souza Pereira, é mestra em História/UFMT, Professora da Rede Municipal de Educação de Rondonópolis- MT.

² Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados – MS, Professor do Estado de Mato Grosso e Presidente do Movimento Negro de Rondonópolis.

³ Departamento de Imprensa e Propaganda criado em 27 de dezembro de 1939, em substituição ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, mostrando que o controle da imprensa não começa em 1937 com o golpe. CARONE. EDGARD. *O Estado Novo (1937-1945)*. 2ª ed. São Paulo. Difel. 1977.

⁴ NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e incendiários: O discurso anticomunista e as imagens da guerra civil espanhola*. São Paulo. USP. 2001. mimeo. Pagina 16.

eram a repressão, censura e a propaganda política. O movimento comunista embora não sendo o único inimigo da unidade nacional varguista era o que, em suas próprias características trazia o perfil apontado como o desarticulador da paz, destruidor da harmonia nacional, tendo como elementos de ação a rebelião e o desejo de entregar o país ao domínio estrangeiro. Assim é classificado por GIRARDET como um complô e o medo dos complôs sempre foi um componente do imaginário habilmente explorado pelos governantes e também discutido no âmbito científico.⁵

O mundo liberal (la belle époque) e seu sonho de controle e prosperidade enfrentaram várias crises, dentre estas a 1ª Guerra Mundial e a Revolução Russa de 1917 e desta forma acaba finalmente mostrando ao mundo (em plena crise de entre guerras) a impossibilidade do liberalismo, em solucionar os males da humanidade neste período.

A relevância social deste trabalho vem do fato de poder vir a constituir-se em uma explicação para a compreensão do que somos e de como fomos ensinados a nos ver e a ver o outro. Podemos oferecer, por exemplo, mais um olhar sobre a maneira autoritária de fazer política em Mato Grosso de como repercutiu no Estado a aliança sempre bem feita entre Estado e Imprensa com o objetivo de adquirir força e poder e controle de massas, levando em consideração o que nos diz CARNEIRO: “*Em qualquer época e lugar, imagem e texto cumprem o papel de doutrinação e sedução função inerente à imprensa política.*”⁶ No período em questão o Governo se valia do DIP que era um órgão que fazia a censura e a publicidade política em todo país, de modo que acreditamos que tal temática não pode ser relegada, ignorada ou simplesmente aceita como continuidade de uma política maior. É necessário um avaliar o tema e observar as possíveis especificidades da mesma.⁷

Buscamos respostas para questões que permeiam as práticas de construção simbólica na imprensa. E assim citando GEERTZ:

“ , o homem não pode formular sistemas mentais, sem recorrer à orientação de modelos de emoção públicos e simbólicos, pois esses modelos são os elementos essenciais com que ele percebe o mundo”⁸

Nos anos 20 do século passado, o sistema político dominado pelo setor agrário-exportador começa a perder legitimidade ao mesmo tempo que as camadas urbanas começam a organizarem-se em vários campos. Aos líderes dos países liberais essas mudanças e organizações da classe operária eram

⁵ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologia políticas**. São Paulo. Editora Cia das Letras, 1987. passim

⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris. *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê editorial, 2003. página 13

⁷ A existência de uma política de controle não implica necessariamente em sua eficácia.

⁸ BURKE, Peter (Org). **A Escrita da História, Novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 145.

motivos de preocupações agravados com os acontecimentos de 1917. Esse novo mundo internacionalizado por essas mudanças e também pelo avanço tecnológico que dava características novas para as comunicações pediam novas estratégias de controle e repressão não só no Brasil.⁹

A crise que começa no início dos anos 20 e explode violentamente em 1929, põe o modelo agrário-exportador em xeque e coloca em evidência o mercado interno e a economia urbana como pólo dinâmico da economia.

1. A luta anticomunista era uma forte frente de batalha a ser combatida por vários meios, daí o aperfeiçoamento constante da força policial e também o controle sobre a imprensa que no Brasil irá materializar-se na criação do Departamento de Imprensa e propaganda cuja função segundo OLIVEIRA :

“Estava incubida de sistematizar as informações para os ministérios e entidades públicas e privadas em matéria de propaganda nacional. É preciso ressaltar que é durante o Estado Novo que se elabora a montagem de uma propaganda sistemática o governo. E o que é mais inédito é que existe todo um discurso que legitima a necessidade de se propagandear o governo.¹⁰”

Uma severa censura sobre os meios de comunicação e manifestações públicas impediam a divulgação de qualquer idéia contrária ou crítica ao regime. A imprensa passa a partir de 30 a ser utilizada por Getúlio em uma cruzada anticomunista (principalmente os órgãos ligados a Igreja Católica, ou a Ação Integralista) .

Crianças e jovens foram o alvo privilegiado da propaganda estadonovista na construção da imagem popular de Vargas. O governo Getulista não descuidou das cartilhas, nem dos livros didáticos, elaborando cuidadosamente as mensagens presentes nas obras que chegavam até os alunos assunto este tratado habilmente por CAPELATO que nos diz:

“Neste terreno onde política e cultura se mesclam com idéias, imagens e símbolos, define-se o objeto propaganda política como um estudo de representações poéticas. Tal perspectiva de análise relaciona-se diretamente com o estudo dos imaginários sociais que constituem uma categoria das representações coletivas.”¹¹

Assim sendo, vemos comprovado nas diversas obras a atuação e presença do Estado em outros locais, daí surge a necessidade de aprofundar a temática em Mato Grosso e nos seguintes periódicos: A CRUZ (1935-1939), TRIBUNA (1935, JORNAL DO COMÉRCIO”, O MUNICÍPIO DE CORUMBÁ,

⁹ CANCELLI, Elizabeth. **De uma sociedade policiada a um Estado policial: o circuito de informações das polícias nos anos 30.** . . *Opin. Publica.* [online]. out. 2003, vol.9, no.2 [citado 25 Setembro 2004], p.73-92. Disponível na World Wide Web: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000200004&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0104-6276.

¹⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi e outros. Estado Novo, ideologia e poder. Rio de Janeiro. Zahar, 1982. pagina 72

¹¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo.* Campinas: Papirus, 1998.

O GARIMPEIRO, GAZETA DO COMMERCIO, TRIBUNA, que estão a microfilmados no Arquivo Público Estadual e no NDIR .¹²

A atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda tem sido alvo de vários estudos, - várias reflexões e comparações documentais, não deixando qualquer dúvida sobre seu alcance e atuação no sentido de identificar ou criar um inimigo e uma ameaça para legitimar a centralização do poder na figura Getúlio Vargas.

A nossa hipótese é de que apesar da distancia geográfica e da situação política de Mato Grosso no período, o controle da imprensa com fins políticos foi forte pois não podemos nos esquecer que Filinto Muller, o chefe da polícia política de Vargas era de Mato Grosso e seu irmão foi interventor em Mato Grosso.

Acreditamos, que apesar do aparente “não controle” da imprensa, este, não deve ter sido abandonado totalmente ou então se dava através de outros estratagemas tais como a Ação Integralista ou da Imprensa Católica .

Para o desenvolvimento deste tema muitas leituras foram feitas, assim como um levantamento de fontes específicas para o desenvolvimento de nossa temática. Sendo assim um dos trabalhos que nortearam este texto aborda a propaganda anticomunista no período da Guerra Civil Espanhola, apresentando ainda uma análise das imagens dessa mesma guerra. Tal obra é a tese do Profº Dr. João Henrique Botteri Negrão: *Selvagens e incendiários: O discurso anticomunista e as imagens da guerra civil espanhola.*¹³

Uma outra leitura esclarecedora foi a obra de Wilhem REICH, *Psicologia de massas do fascismo*, que traz à tona questões pertinentes ao tema da submissão e aceitação de idéias contraditórias a sua própria situação por parte das massas humanas.

Em busca de ajuda para definirmos provisoriamente alguns conceitos relativos a propaganda foram de grande valia as seguintes obras: *O que é propaganda Ideológica* de Nelson Jahr Garcia e *Linguagem e persuasão* de Adilson Citelli.

Sobre a repressão, coerção e uso da força nos anos 30 se mostraram interessantes a obra: *O mundo da Violência: a polícia da era Vargas* e também um excelente artigo encontrado na Rede intitulado: *De uma sociedade policiada a um Estado policial: o circuito de informações das polícias nos anos 30* de Elizabeth Cancelli, que trata da modernização do aparato policial, dos acordos internacionais de troca de informações e aperfeiçoamento das policias, principalmente com o objetivo de perseguir os comunistas - inicialmente uma estreita colaboração com a Itália depois com os Eua principalmente após a 2ª guerra mundial.

¹² OLIVEIRA, Leia de Souza .*Tempo de Esperança: A imagem do Estado Novo na Imprensa matogrossense* teve como fonte principal o jornal “O Estado de Mato Grosso”.

¹³ Todas as obras estão devidamente referenciadas em local próprio neste projeto.

Estado Novo: Ideologia e poder, foi outra obra importante para a montagem deste projeto e é de autoria de Lúcia Lippi Oliveira em conjunto com outros pesquisadores do CPDOC¹⁴

A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954 é uma obra esteticamente bela e que dá vida às pessoas e aos escritos dos jornais confiscados pelos mais diversos motivos (não só os comunistas eram os alvos) A obra em si é um relato das experiências em torno da imprensa e é de autoria de Maria Luiza Tucci CARNEIRO, e Boris KOSSOY.

Estado Novo, um auto retrato (arquivo Gustavo Capanema). De SCHWARZMAN, Simon. (org). nos propiciou segundo o objetivo de seu autor um olhar sobre o Governo Vargas feito por seus próprios membros, segundo orientação de Vargas que não desconhecia o importante papel tanto da imprensa como da importância do registro histórico.

Uma das obras mais importantes sobre o período Vargas podemos citar: EDGARD CARONE. O Estado Novo (1937-1945); e a respeito da Educação a partir dos anos trinta foi importante a obra Pátria, Civilização e Trabalho de Circe Bittencourt. Ainda sobre a imprensa, mais especificamente no caso de Mato Grosso a obra Tempo de Esperança: a imagem do Estado Novo na Imprensa matogrossense de Lea de Oliveira.

Ainda sobre o período Vargas e a propaganda política Maria Helena R. CAPELATO nos fornece uma ampla discussão ainda fazendo uma comparação com o peronismo na obra Multidões em cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas: Papirus,1998.

Várias outras obras aqui não citadas foram buscadas com o objetivo de nos garantir um conhecimento sobre temas diversos desde política, propaganda e representações.

¹⁴ Centro de Pesquisa e Documentos de História contemporânea do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, *Circe M. Pátria Civilização e Trabalho*. São Paulo: Edições Loyolla, 1990.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da Violência: a polícia da era Vargas*. Brasília. UNB. 1994.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Melhoramentos: Brasília: UNB, 1983.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas: Papyrus,1998.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Estado Novo: Novas Histórias*. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo. Contexto.1998.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris. *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê editorial,2003.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci *O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARONE. EDGARD. *O Estado Novo (1937-1945)*. 2ª ed. São Paulo. Difel. 1977.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural (Entre práticas e representações)* Lisboa; Difel; Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1990.
- CHAUÍ,Marilena.*Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo. Fundação Perseu Abrama.1996.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 23ª ed. São Paulo. Ática.1986.
- DUTRA, Eliana de Freitas. O ardid totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30
- FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso*. Unicamp. Campinas,1986.
- GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica*. São Paulo. Brasiliense. 1985.
- GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologia políticas*. São Paulo. Editora Cia das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro e D`ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo. Ática.1989.
- IANNI, Octávio. *A formação do estado Populista na América Latina*. 2ª ed. São Paulo. Ática.1989.
- MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política?* 16ª ed.São Paulo. Brasiliense. 1994.
- MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*.2ª ed. São Paulo.Contexto.1989.

MIGUEL, Luis Felipe: *Mito e discurso político : uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994*. São Paulo. Unicamp Imprensa Oficial 2000.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e incendiários: O discurso anticomunista e as imagens da guerra civil espanhola*. São Paulo. USP. 2001. mimeo

OLIVEIRA, Lúcia Lippi e outros. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro. Zahar. 1982.

OLIVEIRA, Leila de Souza. *Tempo de Esperança: A imagem do Estado Novo na Imprensa matogrossense*. São Paulo. PUC. 1995. mimeo.

REICH, WILHEM. *Psicologia de massas do fascismo*. 2ª ed. São Paulo. Martins fontes. 1988.

RIDENTI, Marcelo. *Política pra quê?* 7ª ed. São Paulo. Brasiliense.

ROCHA, Everardo P, Guimarães. *O que é mito?* São Paulo. Brasiliense. 1985.

SCHWARZMAN, Simon. (org). *Estado Novo, um auto-retrato* (arquivo Gustavo Capanema). Vol 24. UNB, 1983 (620 p. Col. Temas brasileiros).

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na política brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.

ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA E MIGRAÇÃO NORDESTINA (NEGRA) COMO BASE DO AGRONEGÓCIO EM RONDONÓPOLIS- MT: DE 1940 A 2011

Antutérpio Dias PEREIRA¹
Marla Denilse Rheinheimer²
Gustavo Leandro Martins dos Santos³
Ideylson Vieira dos Anjos⁴

Introdução

A cidade de Rondonópolis está localizada na região sul do estado de Mato Grosso a 218 km da capital Cuiabá – e a 2.356 km de Salvador – BA. Situa-se no entroncamento das rodovias BR 163 e 364 que ligam as regiões norte e sul do país é o portal de entrada para o Pantanal mato-grossense.

Ocupa o segundo lugar no PIB^[2] do Estado de Mato Grosso, com uma Renda Per Capita de R\$ 13.849,00. Sua população em 2010 era de 195.476 sendo que em 1960 a cidade tinha 22.302 habitantes ou seja, houve um enorme aumento populacional em 50 anos. A maioria dos seus habitantes moram na zona urbana (95,5%) enquanto que 4,5% residem na zona rural (essa inversão acontece a partir da década de 1970).

A ocupação indígena do território hoje ocupado pela cidade remete a milhares de anos e a ocupação da área pela sociedade nacional é aproximadamente 1875, quando um destacamento militar foi erguido na região de ponte de Pedra^[3] seguidas das comitivas de aventureiros em busca de ouro e pedras preciosas. Primeiramente a região chamava-se Rio Vermelho e em 1902, fixa-se na região algumas famílias vindo de Goiás, Cuiabá e outras regiões do Estado.

Em 1947 o Distrito é inserido no contexto capitalista de produção como fronteira agrícola do Estado, através da plantação de arroz e do sistema de colônias agrícolas implantada pelo Governo do Estado.

Nas décadas de 1950/60 seu desenvolvimento está alicerçado na produção agrícola e no trabalho de migrantes – do nordeste e sudeste. Em 1970 acentua-se o processo de aceleração

¹ Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados – MS, Professor do Estado de Mato Grosso e Presidente do Movimento Negro de Rondonópolis.

² Graduação em Direito. Pelo Centro de Ensino Superior de Rondonópolis, CESUR, Especialização em Direito Constitucional ofertado pela Escola de Ensino Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul e professora da Faculdade Eduvale/Jaciara.

³ Graduação em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, FMU; Mestrado em Direito, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, MACKENZIE,

⁴ Professor Mestre da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço.

capitalista e a cidade desenvolve o mais rápido processo de modernização do campo que se teve notícia no Centro Oeste. Utilizando para isso a implantação das atividades da soja, da pecuária e do comércio.

Em 1980 ela é considerada o pólo econômico da região, tornando –se o segundo município do estado em importância econômica, política e demográfica e a capital nacional do agronegócio, ao mesmo tempo que cresce o setor agroindustrial.

A História do desenvolvimento

Em Rondonópolis, nos anos de 1940 a 1960, as colonizações foram iniciativas do Estado resultado de seu planejamento que, ao mesmo tempo em que instituiu a colonização de pequenas propriedades, vendeu a “preço de banana” terras públicas em grande quantidade a poucas pessoas, ou mesmo doou latifúndios a apaniguados políticos. Resultando na implantação do latifúndio-minifúndio, o binômio básico da estrutura agrária conservadora do Brasil, que foram reproduzidos instantaneamente em Rondonópolis, por assim dizer.

A economia de Rondonópolis a partir de meados da década de 1980, passou a ser dominada pelos sulistas capitalizados que entre outras culturas vieram plantar soja no cerrado, financiados pelo Banco do Brasil a juros subsidiados. A imprensa local chegou a chamá-los de “novos bandeirantes” criando um falso mito fundador. O primeiro engano é superestimar a participação dos sulistas e diminuir a ação de outros migrantes e mesmo dos rondonopolitanos no desenvolvimento econômico do município. Ao negligenciar a história do lugar devido a desconsideração da importância dos fluxos migratórios e do trabalho de milhares de mulheres e homens migrantes de outras regiões que continuavam a ter Rondonópolis como destino.

Ao creditar o desenvolvimento econômico exclusivamente ao trabalho dos pioneiros, despreza-se mais de setenta anos de história perde-se o seu real significado. Essa idéia de contestação do pioneirismo individualizante é encontrada originalmente em NASCIMENTO quando faz uma análise da questão da exploração e da segregação econômica do nordestino.

O migrante foi, portanto, o principal desbravador da região e o responsável pela implantação e expansão do espaço agrário de Rondonópolis, valorizando com seu trabalho a região durante a fase da Fronteira Agrícola, dos anos 40 aos anos 70 do século XX, engendrando os principais sistemas produtivos, ancorados, principalmente, na economia do excedente. Sobre o signo do trabalho do migrante nordestino, em particular, é que Rondonópolis se tornou a “Rainha do Arroz” e “Rainha do Algodão”, nos anos 50, 60 e 70 do século XX. (NASCIMENTO, 2000, p 216)

Mais do que produzir concretamente a expressiva produção agrícola em termos relativos, com força de trabalho manual e força motriz animal, o migrante nordestino participou de grande parte da geração e não da apropriação da renda da terra que se deu por parte do capitalista mercantil (fazendeiro, financiador da produção, intermediários da compra e venda de mercadorias, caminhoneiros, especulador de terras), o que possibilitou a expansão da acumulação de capital na região (e portanto do crescimento econômico e desenvolvimento), continuamente com sua articulação comercial com outras regiões brasileiras, construindo as bases para a etapa posterior na qual se deram tanto a expansão do capitalismo no campo propriamente dito, quanto a integração econômica da região à cadeia produtiva agroindustrial nacional e internacional. Fases cujos principais agentes históricos puderam ser então os migrantes sulistas e sudestinos capitalizados e semi-capitalizados e também o capital monopolista nacional, internacional e o Estado.

O sistema de escravidão por dívidas, sistema de barracão ou carranquice na região de Rondonópolis – MT afetou, principalmente, os nordestinos e dentre eles, os negros e brancos pobres.

Podemos perceber enfim, que atingiu os que são considerados negros socialmente falando[4] e envolvia formas simples e que passavam pelas seguintes etapas: 1) agenciamento da força de trabalho, geralmente em alguma localidade nordestina (sertão, agreste); 2) transporte do trabalhador para a região de destino, de caminhão pau-de-arara, ou de ônibus, com as passagens e a alimentação pagas pelo agenciador de mão-de-obra, o que estabelecia uma dívida do trabalhador rural nordestino para com o intermediário da contratação da força de trabalho (o chamado “gato”); 3) ao chegar ao local de destino o trabalhador contratado verbalmente, podia ser levado diretamente para a fazenda a ser implantada ou em implantação, caso isso ocorresse, o “gato” recebia do fazendeiro ou de seu representante a dívida até então acumulada pelo trabalhador rural, transferindo a dívida deste último para o fazendeiro ou capataz; 4) caso o trabalhador não fosse diretamente para a fazenda, geralmente, permanecia num hotel ou pensão, temporariamente à espera de quem viesse contratá-lo verbalmente. Nesse caso, o “gato”, vendia a dívida para o dono do hotel, ou seja, transferia para o dono do hotel a dívida que o trabalhador rural tinha com ele. O peão permanecia no hotel onde se alimentava e residia, temporariamente, aumentando sua dívida ainda mais. Caso o peão freqüentasse os prostíbulos, em torno do hotel, o que não era nada incomum, o custo de seus prazeres sexuais eram acrescentados à sua conta no hotel; 5) a conta era finalmente paga quando um fazendeiro

ou seu “gato” vinham recrutar os peões na hospedaria, dando-se, dessa forma, a transferência completa da dívida do peão para o representante do capital mercantil, na figura do latifundiário.

Uma outra forma de abono acontece quando o “gato” após pagar a conta no hotel adianta uma certa quantia para o peão, poder ir se divertir/despedir da cidade passando uma noite na “farra” entre bebidas, dança e mulheres, geralmente em algum prostíbulo. Isto acarreta um endividamento maior ainda do peão para com o “gato”. E a redução do peão de vendedor de sua força de trabalho em objeto, mercadoria de propriedade do “gato”.

A maioria das prostitutas que participavam deste esquema em Rondonópolis eram negras (segundo critério do IBGE (2010) negro é preto mais pardo), e a cor da pele vai escurecendo na mesma medida em que a degradação do local de trabalho vai aumentando e o preço vai caindo também. As mulheres mais claras cobram mais e estão nas áreas mais nobres e nas casas mais elegantes e sofisticadas. As mulheres com o biotipo mais africano cobram menos e estão nos lugares mais degradados e pobres, a “ZBM” (Zona do Baixo Meretrício) que estava localizada numa região bem decadente da cidade, onde disputam clientes nos bares ou nas ruas com os travestis, que na sua maioria são negros também.

A ligação entre o dono do hotel, o fazendeiro e o “gato” está contida num depoimento de um dono de hotel que na década, de 1960 e 1970 fazia essa transação para alguns fazendeiros da região de Rondonópolis, como nos mostra, OLIVEIRA:

“(...) O fazendeiro dava a palavra, a gente acreditava naquela palavra, ele dava a gente quantidade (...) e a gente juntava aquela quantidade (...) então quanto tinha quantidade, aí de quinze, vinte peão, aí ele chegava, encostava o caminhão eu dava a relação para ele, ele acertava e levava aquela caminhãozada de peão (OLIVEIRA, 2000, p 85).

Nesses hotéis, que geralmente estão estabelecidos ao redor das rodoviárias, em bairros decadentes ou próximos de prostíbulos, os quartos são coletivos, onde existem redes dependuradas ou várias camas. Se o “gato” é, conhecido, pode indicar o peão para o dono do hotel e este passa a debitar ou colocar as despesas na conta do “gato”, que em alguns casos são sócios ou até mesmo donos dos hotéis. A dívida contraída com o dono da pensão é negociada entre o “gato” e o dono do hotel sem a inferência do trabalhador rural.

Essa dívida que é negociada (transferida) é repassada ao peão muito maior (superfaturada) do que é na realidade criando dessa forma, a dependência do peão com o fazendeiro ou o “gato” que a utiliza para justificar a exploração a que submeterá o trabalhador.

O recrutamento ou aliciamento dos trabalhadores começa, quando o empreiteiro, que em alguns casos pode ser o “gato” é contratado por um fazendeiro, ou empresa agropecuária

para a execução de um serviço de “derrubada”, feitura de cercas, plantio de pasto, feitura de roça, plantio de arroz/soja. Esse contrato é formal e em alguns casos registrado em cartório[5].

O “gato” busca inicialmente os trabalhadores rurais mais próximos que estão empobrecidos devido a pouca produtividade da terra e da falta de recurso financeiros. São na sua maioria posseiros ou parceiros, que se proletarizaram-se, esse agenciamento acontece no período da entressafra. Porém, com a divulgação dos maus-tratos, o cerceamento da liberdade e o não pagamento do preço combinado, essa mão-de-obra local vai ficando arredia ao aliciamento, o que obriga o aliciador a procurar mão-de-obra em outros lugares. Isso ocorre também, quando a mão-de-obra local é insuficiente para realizar o trabalho, no prazo estabelecido em contrato.

O aliciador vai a uma região pobre, miserável ou que está atravessando uma situação difícil, devido a alguma catástrofe natural e oferece aos jovens várias vantagens (preços atrativos, fartura de trabalho, alimentação, moradia, transporte de qualidade), sendo que em alguns casos o trabalhador recebe um adiantamento (abono) que ele deixa com a família para que ela “agüente” até ele começar a mandar dinheiro do seu trabalho, começando aí o processo de escravização.

Os trabalhadores que tem sorte depois de terminado o trabalho são deixados no hotel para esperarem um novo contrato, sem dinheiro não podem sair pois são vigiados pelos dono do hotel para que não saiam sem pegar. Eles não têm escolha, na não ser ir com o mesmo “gato”, ou outro, mantendo sempre a esperança de que tudo vai dar certo desta vez. A justificativa do dono do hotel para participar do esquema de escravidão dos peões é de que eles não sabem mexer com dinheiro, que vão ser roubados, que são como “crianças”, pobres vítimas dos espertalhões, enfim, são seres sem juízo e por isso precisam ser protegidos.

A exploração sobre os trabalhadores rurais pode acontecer de outra forma. O “gato” ou empreiteiro pega uma área para plantar, ou derrubar e agencia um determinado número de pessoas que ao término do trabalho não recebem pelo serviço realizado, o “gato” foge ou anuncia que o dinheiro acabou ou diz que não recebeu.

Algumas fazendas mantêm uma rígida diferença entre trabalhadores rurais permanentes e temporários. Os primeiros recebem salários mensais e são registrados, sindicalizados, ou seja, estão dentro da legalidade. Os outros não tem garantia nenhuma, trabalham por empreita e são contratados pelo “gato” para realizarem a tarefa, não tendo nenhum vínculo com a fazenda, conforme nos mostra o Sr. Sebastião:

O sujeito pegava a roça pra fazer, o dono da terra estava lá em São Paulo, quando ele vinha aqui empreitava a roça para fazer e o cara (gato) pegava aquela roça para fazer. Fazia aquela roça e falava que ia buscar o dinheiro na cidade e sumia, com o dinheiro todo. Pronto! Você vai fazer o que? Ir atrás de quem? Você não sabe onde ele tinha ido. Naquele tempo não tinha estrada por aqui.[6]

Essas pessoas eram vítimas do sistema capitalista, que prima em tempos de Modernidade e Pós-Modernidade pela exploração do ser humano por outro ser humano, às vezes, ainda sob a forma de escravidão. Isso reflete na cultura, onde percebemos claramente que há uma divisão entre as várias camadas sociais e (“raciais”) que disputam poder, prestígio e ganho. Dominantes e dominados detentores dos meios e modos de produção versus os que nada tem a não ser a sua prole e que são oferecidos no mercado a baixo preço.

A escravidão por dívidas é um aparente paradoxo no desenvolvimento do Capital, onde a “Modernidade” convive com o atraso (o escravo), mas é diferente da escravidão negra do Sistema Escravista (1532-1888) abolida, oficialmente, no final do século XIX. Essa nova modalidade de escravidão é um novo tipo de exploração dentro do sistema capitalista agro-exportador que em parceria com o trabalho livre (assalariado) cria uma categoria de trabalho não livre. Como nos mostra MARTINS:

Pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada, quando incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda temporariamente, não podem ser substituídas. Nesse sentido, de fato ele as recria, mas agora como momento do seu processo e reprodução. Elas parecem ser as mesmas relações, mas são agora outra coisa, isto é, são agora forma social carregada de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento da sua reprodução ampliada. (MARTINS, 1995, p 05) (grifo nosso).

Além dos problemas ecológicos o avanço da produção de soja na Amazônia e no cerrado fomentam a exploração da mão-de-obra escrava na região sojicultora[7]. Há uma estreita vinculação entre os Estados que estão na vanguarda da expansão da soja (fronteira agrícola) ao trabalho escravo e o aumento das mortes no campo. Em Mato Grosso há números que indicam que 40,8% da população rural esteve envolvida em conflitos, sendo que 6,2% sofreram despejos. Ou seja, de cada dez trabalhadores rurais quatro estavam em conflito pela terra.[8]

Mato Grosso é o segundo Estado em utilizar trabalho escravo, perdendo apenas para o Pará. Sendo que em 2005, houveram 2.099 trabalhadores escravizados. [9] O Ministério do

Trabalho e Emprego elaborou um Cadastro de Empregadores (Lista Suja) que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo. O Empregador que tiver o seu nome no cadastro não terá direito a recursos financeiros, a benefícios fiscais e serão constantemente fiscalizados pelo Ministério do Trabalho[10]. Em 2005, foram libertados mais de mil trabalhadores da destilaria Gameleira, no município de Confresa, No Norte de Mato Grosso, sendo que os trabalhadores eram de Pernambuco, Alagoas e Maranhão. Em Juscimeira[11] há registro de trabalho escravo na SR Indústria e Comércio de Derivados da Cana-de-açúcar Ltda em 2004[12], três trabalhadores foram libertados pelo Ministério Público.

Encontramos na Lista Suja do Ministério do Trabalho e do Emprego o nome de vários empresários do agronegócios em Rondonópolis, sendo que na fazenda de um deles a fazenda Rio Verde, uma das maiores vendedoras/produtoras de sementes da região, cuja sede fica na Rua Dom Pedro II, no Centro da cidade, está envolvida com o trabalho escravo porque 08 trabalhadores foram libertados em julho de 2005.[13] Percebemos que a cidade está exportando a prática da escravidão por dívida para outras regiões do Estado de Mato Grosso, ou seja a escravidão vai acompanhando a Fronteira Agrícola e sendo utilizada para maximizar o lucro e minimizar o custo de formação e produção das fazendas.

A indústria da escravidão por dívidas se beneficia da falta de vontade do Governo, da morosidade da justiça, da máfia de recursos, de liminares, da burocracia estatal e da demora de se efetivar um projeto que viabilize a inserção sócio-econômica dos trabalhadores libertos, que na maioria das vezes voltam a ser escravizados[14]. Escravos esses que, na sua maioria, são formados por nordestinos (negros e brancos pobres), analfabetos, sem documentação o que torna mais fácil a sua escravização, exploração e possível desaparecimento.

Em algumas situações o gato dentro do ônibus recolhe as Carteiras de Trabalho e os documentos pessoais dos trabalhadores para que não possam sair sem pagar a dívida. Ou seja, para que eles fiquem totalmente a mercê dos desmandos do agenciador e tenham dificuldades de locomoção nas cidades, pois a posse dos documentos é uma das prerrogativas para se locomover utilizando o sistema de transporte vigente (ônibus comerciais).

A exploração étnica

O negro na história de Rondonópolis, foi um dos que, produziu riquezas através da superexploração na Fase Pioneira e após a Fronteira Agrícola. Ele chega, provavelmente, em tempos imemoriais, se fixa no final do século XIX^[15] e no início do século XX, na busca de terras que estavam sendo doadas pelo governo ou vendidas pelas colonizadoras

particulares^[16] principalmente nas décadas de 1950 do século passado. Apesar, que não tem tido abrangência significativa como teve as colonizações públicas.

Esses nordestinos que, conseguiam um pedaço de terra, trabalhavam de forma rústica, utilizando sua própria força física. O que limitava a sua produção e gerava, quando muito, um pequeno excedente, que era comercializado no mercado local. Uma das formas de “burlar” as limitações provocadas pela falta de mão-de-obra era utilizar as derrubadas do cerrado, limpar o terreno, plantar colher, ou seja, havia a necessidade da união de um grupos de amigos para viabilizarem a produção.^[17]

Os pequenos produtores que utilizavam, ocasionalmente, a mão-de-obra comunitária para viabilizarem a sua plantação não enriqueceram, pois eram explorados pelo Capital Mercantil, via comerciantes locais ou atravessadores, que por sua vez trabalhavam para os grandes atacadistas nacionais que manipulavam o preço dos produtos primários para conseguirem manter sempre em crescimento seus lucros, obtidos com a exploração do pequeno produtor através da sua produção ou da exploração da sua força de trabalho, enquanto proletariado.

O agricultor está preso a terra, mas a terra não está presa a ele, pois, quando acontece a concentração fundiária eles são alijados através da expulsão do campo via falta de recursos financeiros e logísticos. O trabalhador rural busca junto aos bancos oficiais empréstimos para viabilizar a produção e quando consegue, o valor é irrisório, devido a sua propriedade ser pequena e ele não possuir nenhuma outra garantia, ou seja, não tem um bem, além da sua terra para oferecer como garantia na transação financeira. O que acaba levando-o a vender ou hipotecá-la, junto aos grandes comerciantes ou atravessadores. Após o endividamento e de não conseguir pagar o empréstimo tem que vender ou entregar a sua propriedade para pagar a dívida.

Os migrantes nordestinos, que em sua terra de origem, eram explorados pelo grande fazendeiro e abandonados pelo governo (falta de políticas públicas que auxiliassem na sua fixação na terra) e que sofriam com a falta de recursos e com a miséria crônica quando chegam a região de Rondonópolis alguns recebem seus lotes e acham que chegaram ao paraíso. Se esforçam para obter a fartura, que por um curto período de tempo conseguem mas, depois há a superexploração, através da escravidão por dívidas, dos baixos preços pelo qual vendiam a sua produção.

O capital mercantil utiliza desses meios pra regularizar a produção e se apropriar do excedente, ou de toda a produção no caso do produtor ter vendido antecipadamente a sua

colheita ou tenha trocado ela por mantimento no comércio local como ocorria com frequência na região.

Nas décadas de 1950 e 1960 do século XX, temos o trabalhador rural com seu lote, geralmente doado pelo governo (NASCIMENTO, 2000, p 251), entre outras culturas plantava o arroz, sendo financiado pelos grandes comerciantes locais que recebiam em troca a produção, que era comprada através do preço estabelecido pelo próprio comerciante. Porém, as mercadorias fornecidas pelos mesmos eram superfaturadas, causando com isso uma dependência entre os comerciantes e os camponeses que, em alguns casos, perdiam suas terras em decorrência das dívidas contraídas.

Uma outra forma de exploração acontecia quando o camponês tinha que pegar empréstimos no Banco do Brasil e utilizava como fiador um grande comerciante ou atravessador e não conseguia cumprir os prazos de pagamento e o banco não renegociava a sua dívida ele perdia as terras para o fiador que por ter um patrimônio maior e mais poder político conseguia viabilizar a renegociação das dívidas contraídas pelo pequeno produtor que na maioria das vezes era inferior ao valor de mercado das suas terras. Dessa forma temos a contribuição indireta da pequena produção para a concentração de terras, que eram muito mais valorizadas por que já estavam totalmente ou parcialmente formadas.

O empobrecimento do pequeno produtor e a proletarização causada pela exploração do Capital Mercantil ocasionaram a desestruturação da pequena propriedade e facilitaram a aquisição das terras para ser utilizada pelos especuladores fundiários. O Governo dificultava o acesso do trabalhador rural migrante pobre a terra através da diminuição das doações de lotes aos migrantes acabando com o sonho destes de ter o seu “pedacinho de terra”.

Os trabalhadores rurais que vinham nas ondas migratórias ao não conseguirem terras procuravam emprego, nas fazendas de gado ou de arroz (décadas de 1950/60) ou ficavam na cidade, na periferia, geralmente morando em bairros sem nenhuma infra-estrutura, longe do centro da cidade. Bairros que tem sua origem em invasões urbanas (grilo). Porque a região de Rondonópolis era referência para os fluxos migratórios, principalmente nordestinos que se dirigiam ao Estado de Mato Grosso. Isso se deve a ação do Estado enquanto viabilizadora de infra-estrutura para o capitalismo (construção de estradas, ampliação, melhoramento do fornecimento de energia elétrica, segurança, empréstimos, etc..).

Com a implementação das infraestruturas, com a inserção do Estado na Amazônia Legal^[18] permitindo o acesso a incentivos da SUDAM^[19] e do PRODOESTE^[20], que construiu, ampliou e reformou estradas federais (BR 163 e 364), os empréstimos a juros subsidiados, a

política de preços agrícolas mínimos que garantia uma renda mínima para o agricultor, fazia do Estado, o grande financiador do desenvolvimento agrícola da região de Rondonópolis. Esses fatores impulsionaram a região para um desenvolvimento maior e acelerado. Porém, não propiciaram ao pequeno produtor ascender socialmente junto com a região, ou melhor não propiciou oportunidades iguais para todos os brasileiros, ao contrário só beneficiou os grandes proprietários de terras que tinham melhores condições para desenvolver o tipo de agricultura da qual o Governo necessitava e que era voltada, pra a exportação e a criação de divisas.

A população que morava no campo não teve acesso, na sua maioria, ao grande desenvolvimento e a prosperidade ocasionada pela agricultura, devido a uma série de fatores, dentro os quais podemos destacar: A exploração do Capital Mercantil que mantinha e utilizava da mão-de-obra barata desses trabalhadores (escravidão por dívida ou assalariado) para aumentar o seu lucro. A manipulação dos preços agrícolas produzido pelo pequeno produtor, para baixo, o que lhe impedia de obter uma renda significativa e acumular capital ou adquirir mais terras. A falta de incentivos estatais que fixassem o homem no campo na forma de proprietário. A forma com que os assentamentos foram realizados (minifúndios) com lotes de 5 a 35 ha o que inviabilizou a sua capitalização e com o crescimento da família a agricultura de subsistência também ficou comprometida. O fim das colônias públicas, sendo que, apenas através da compra é que se poderia obter a posse legítima das terras. O que praticamente inviabiliza a aquisição de terras para a maioria dos migrantes (negros e brancos pobres). O grande fluxo migratório que fluiu para a região de Rondonópolis acarretou um aumento da mão-de-obra e conseqüentemente a diminuição do valor de venda da sua força de trabalho. A expulsão de parte dos trabalhadores rurais das colônias públicas Pelo poder econômico ou através de ameaças ou violências físicas e psicológicas.

A maioria da população migrante foi segregacionada devido a sua condição de excluído para a periferia da cidade, onde o aluguel é barato. Em casos extremos, nos bairros que surgem através de invasões de trabalhadores, que foram expulsos do campo nas décadas de 1970 e 1980 devido a Modernização Parcial e Conservadora^[21], que atinge alguns ramos da agricultura como arroz, soja e pecuária aumentando a produção agrícola para o consumo industrial e a exportação. Mas ao mesmo tempo em que produzia riquezas, concentrava renda e propriedade, gerando desemprego e o êxodo rural-urbano.

A modernização conservadora, não trouxe, a principio, um desenvolvimento homogêneo para o setor agrícola, apenas 34% dos trabalhadores rurais estavam sob um contrato capitalista, ou seja o sistema não conseguiu absorver a maioria dos trabalhadores rurais. Mas,

gerou uma enorme fuga do campo para a cidade e a desorganização do sistema de produção baseado no Talhão e a busca pela vida farta, agora ocorre, na cidade, ou em outras áreas rurais.

A soja no Centro-Oeste começa a ser plantada a partir de 1971, na BR 163, em Rondonópolis com tecnologia norte-americana. Na década de 70, apenas a região era responsável por 2% da soja colhida no Centro-Oeste e em 2004 chegou a 64% sendo que o Estado de Mato Grosso é considerado o líder nacional de produção e produtividade de soja^[22]. Ela é, com certeza, o grande propulsor do desenvolvimento da economia de Rondonópolis, pois a partir do momento que passou a ser cultivada, resultou numa série de mudanças na áreas rurais e urbanas da cidade, mudanças que não devem ser classificadas somente como boas.

Dentre os fatores que contribuíram para o estabelecimento da soja no cerrado temos: a construção de Brasília e os investimentos em infra-estrutura, a construção de silos e armazéns; baixo valor da terra em Mato Grosso se comparado com a região Sul do país, nas décadas de 1960 a 1980, desenvolvimento de tecnologias para a produção no cerrado, topografia, levemente ondulada, favorecendo o uso de máquinas e equipamento de grande porte e grande oferta de mão-de-obra. Esse desenvolvimento da soja gerou graves problemas rurais, urbanos e ecológicos.

Os impactos ambientais decorrentes do manejo do solo tais como uso de agrotóxico, erosão, compactação, retirada da cobertura vegetal, devido à implantação e monocultura, estavam se expandindo. O arroz foi utilizado pra a abertura agrícola do cerrado, em vários casos, e passou a ser substituído pela soja. Essas culturas foram as primeiras a passar pela modernização e tornaram-se, as que mais contribuíram para a questão ambiental decorrente de práticas agrícolas.

A soja é um produto basicamente de exportação, pois seu consumo interno, em forma de grãos, é muito pequeno. A sua expansão e o da indústria de esmagamento teve como principal incentivador o Governo Federal através da viabilização de infra-estrutura básica necessária^[23] ou através da criação de Leis como a 4.829 de 05 de Novembro de 1965, chamada de Lei do Crédito Rural, que tinha como objetivo criar um mercado de crédito mais amplo, e obrigar as instituições de crédito particulares a emprestar dinheiro para a agricultura.^[24]

Ao transferir para a iniciativa privada parte da obrigação de financiar a agricultura o Governo priorizou os grandes fazendeiro em detrimento dos pequenos. Em 1985 3% dos financiamentos, destinavam-se a áreas de até 10 hectares, 25% destinavam-se a áreas de 10 a 100 hectares, e 72% ficou com os produtores que possuíam áreas superiores a 1.000 hectares.^[25] Essas medidas vão beneficiar principalmente o Capital Estrangeiro e os grandes

produtores. Para iniciar a produção da soja no cerrado o custo/investimento de produção tende a ser muito alto no início da plantação e a cair com o passar dos anos, por isso a produção tem que ser feita em lagar escala.

A produtividade em Mato Grosso é um dos fatores que contribuiu para o baixo custo da produção. Que é conseguida através do clima propício, e tecnologias conseguidas através de pesquisa especializada.^[26] Esses fatores elevou a produtividade apesar de que na área plantada não ter havido uma expansão significativa.

O desenvolvimento da tecnologia de produção permitiu que houvesse uma maximização da produção, através do melhoramento genético, onde espécies mais adaptadas ao solo e o clima vão ser plantadas; máquinas plantadeiras e colheitadeiras com direcionamento por satélites vão diminuir as perdas na colheita. Esses fatores vão maximizar o lucro dos produtores e dispensar a mão-de-obra, ou explorá-la ao máximo.

Nas décadas de 1980 e 1990 o Brasil enfrentava uma crise financeira que resultou, dentre outros fatores, na moratória decretada pelo Governo de José Sarney (1985-1990) que agravou ainda mais a situação econômica do país. A economia rondonopolitana foi afetada por estar voltada para o crescimento externo, onde podemos caracterizar as nuances de um capitalismo agrário, ou melhor um sistema econômico baseado na exportação, o Capitalismo Mercantil Internacional. Onde a soja^[27], enquanto, carro chefe das exportações principalmente para a Europa, vai servir de alimento(ração) para o gado, desta forma a maior parte é exportada em forma de grãos.

A economia dependente do município de Rondonópolis, voltada para a exportação, que tem como base o Capitalismo Mercantil, exportadora de produtos primários e importadora de produtos industrializados, não conseguiu superar a crise econômica da década de 1980 e entrou numa recessão. Sendo que, a população pobre foi a mais afetada, pois diminuíram as ofertas de emprego e aumentou a informalidade.

Essa tendência a exportar é decorrente da conjuntura internacional que mantém a economia presa ao modelo agrário-exportador que lhe propicia obter dólares, que por sua vez, serão utilizados para pagar os juros da dívida externa. O mercado internacional da soja ou mesmo de outros produtos primários são controlados por grandes empresas vinculados ao agronegócio^[28], que manipulam os preços sempre em prejuízos dos produtores.

O setor agropecuário que existe no município, esta baseado na concentração de terras, recursos e riquezas. O que agrava a questão urbana ao intensificar a migração do campo para a cidade. Houve uma saída em massa do campo para a cidade nas duas últimas décadas devido a

uma mudança na estrutura produtiva, o que gerou um aumento na oferta da mão-de-obra e conseqüentemente a sua desvalorização. A substituição das culturas familiares pelas pastagens (Talhão), os latifúndios, a monocultura, a escravidão por dívidas são considerados fatores que geram a expulsão do campo. E a sedução das cidades, as ofertas de emprego, as mínimas garantias sociais são consideradas fatores atrativos que fazem com que o trabalhador rural deixe o campo (êxodo-rural) e vá para a cidade (êxodo rural-urbano) gerando uma concentração urbana descontrolada.

Como podemos perceber a população rural devido ao êxodo para a cidade ou para outras áreas rurais está diminuindo a cada ano, mas isso não representa perda na produtividade agrícola. A tecnologia substitui a mão-de-obra de um lado temos alta produtividade e do outro baixa ocupação humana, obtendo como resultado, o agravamento dos problemas sociais urbanos.

A população migrante, durante a fase da Fronteira Agrícola (1940 a 1980) construiu a maioria das riquezas de Rondonópolis, acumulando também as bases para a arrancada da fase seguinte (Fase da Integração Econômica: 1980...). Enfim, foram os trabalhadores rurais, nordestinos e negros, majoritariamente, os maiores artífices de nosso desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO. Aparecida Mitie Sassagima de. **O negro no mercado de trabalho em Rondonópolis-MT. Rondonópolis- MT. Dpto de História. UFMT-R, 1999. Monografia de Especialização. mimeo.**

GOETTERT, Jones Dari. **O vôo das pandorgas: migração sulista para Rondonópolis- MT. Presidente Prudente. FFLCH/USP, 1997. Dissertação de Mestrado, mimeo.**

GUIMARÃES, Antonio S. & HUNTLEY, Lynn (org). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000**

MACIEL, Joslene Pereira. **Migração Nordestina para Rondonópolis- MT – 1950 1970. Rondonópolis- MT. Dpto de História. UFMT-R, 1999. TCC mimeo.**

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso, ensaios de Sociologia das História Lenta. São Paulo: Hucitec,1994.**

NASCIMENTO, Flávio A. da Silva. **Racismo Brasileiro, uma pequena introdução crítica. UFMT/R-Depto História. 2000.**

PEREIRA, Antutérpio Dias. **A classe média negra em Rondonópolis-UFMT/R – 1998.**

- [1] Doutorando em História/PPGHIS/UFGD, professor da Rede Pública do Estado de Mato Grosso e da Faculdade Cenecista de Rondonópolis, antuterpio@yahoo.com.br
- [2] Fonte IBGE – 2007
- [3] A cerca de 60 km da Sede do município
- [4] Um negro, socialmente falando, é um modelo social que deve ser analisado como um conjunto de contribuições afro-brasileiras sincretizadas, primeiro entre si, e depois com a sociedade nacional envolvente.
- [5] O Ministério Público já encontrou cooperativas de “gatos” que procuram legalizar os negócios registrando os trabalhadores.
- [6] Entrevista realizada no dia 14/05/2006. Com o Sr. Sebastião de Araújo.
- [7] Segundo o Relatório “Comendo a Amazônia” divulgado pela Organização não Governamental – GREENPEACE. Ver site www.greenpeace.org.br. E Jornal A Tribuna. Soja impulsiona exploração da mão-de-obra. Data 08/04/2006. pesquisa realizada no dia 06/04/2006.
- [8] Relatórios Conflitos no Campo, Brasil, 2003. Apresentado no II Simpósio da Questão Agrária da UNESP-França em 13/04/2004.
- [9] Jornal A Tribuna. Op cit. p. 06.
- [10] Sobre a lista suja ver www.mpte.gov.com.br
- [11] Cidade situada a aproximadamente 60 km de Rondonópolis e a 150 Km da capital Cuiabá
- [12] Jornal A Tribuna. Direitos Trabalhistas. 30/10/2004. Pesquisa realizada em 10/05/2006
- [13] Conforme Lista Suja em Anexo 01 folha 03, ou no site www.mte.gov.br.
- [14] Conforme explicação do Ministério Trabalho e Emprego, a falta de opção acaba levando os trabalhadores a tentarem a sorte novamente com o “gato”, na esperança de que desta vez terão sorte no trabalho.
- [15] Destacamento militar de Ponte de Pedra que fica a aproximadamente 08 km de Rondonópolis.
- [16] Eram lotes que variavam de 5 a 30 hectares
- [17] Essa passagem é ilustrada nos depoimentos sobre os mutirões que colhemos nas entrevistas, principalmente com os filhos do sr. Militão.
- [18] O Estado de Mato Grosso foi incluído na Amazônia Legal em 1972.
- [19] Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- [20] Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste.
- [21] Chamamos de Modernização Parcial Conservadora, a transformação que acontece no campo com a utilização de técnicas modernas de produção, em algumas culturas enquanto que em outras não há essa utilização. Apesar da tecnologia avançada ela utiliza e mantém a mesma estrutura agrária tradicional baseada na monocultura, latifúndio e mão-de-obra barata
- [22] Dossiê Rondonópolis 2005 p 47 – Fonte IBGE- Produção Agrícola Municipal.
- [23] Podemos citar como exemplo o PROCAL (Programa Nacional de Calcário) criado em 1975, quando o Banco do Brasil tinha uma linha de crédito sem juros e sem correção, com prazo de até 08 anos para o pagamento.
- [24] Essa Lei não surtiu o efeito desejado pois os bancos como Itaú e Bradesco criaram Cooperativas agropecuárias e um emprestava dinheiro para o outro.
- [25] Fontes: Censo Agrícola e Pecuária de 1985. Fonte IBGE- Produção Agrícola Municipal.
- [26] Em Rondonópolis podemos destacar a Fundação Mato Grosso e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que desenvolvem pesquisas voltadas para a agricultura.
- [27] A economia local é sustentada pela pecuária de corte, e está voltada ao consumo interno e a exportação.

[28] Segundo Relatório do Greenpeace as Trades Internacionais ADM, CARGILL, BUNG E AMAGI, controlam o preço do produto. <http://www.greenpeace.com.br>. comendo a Amazônia. Acesso em 02/08/2006)

INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE MATEMÁTICA E CIÊNCIAS DA NATUREZA: ENSINO DE GEOMETRIA ATRAVÉS DO ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS ABELHAS

Jusciberto Moreira dos Santos¹;
Hosana Aparecida Pereira dos Santos²;
Vívica Lúcia Juvino de Lemos Cardoso³;
Fernando Henrique Cardoso⁴

RESUMO

No processo de ensino e aprendizagem apoiado por práticas interdisciplinares, espera-se sempre interação entre as disciplinas e ações contextualizadas. Contudo, professores apresentam dificuldades para proporem práticas interdisciplinares, ou não conseguem trabalhar certos conteúdos para que isto aconteça. Perante estas dificuldades, levantou-se a problemática de como trabalhar a matemática de forma interdisciplinar no ensino fundamental através de atividades práticas ou lúdicas. Desta forma, o objetivo deste trabalho é avaliar e apresentar uma abordagem interdisciplinar entre as disciplinas de ciências e matemática mediada pela utilização de material pedagógico. A metodologia consiste em uma abordagem pedagógica interdisciplinar que relaciona as disciplinas de matemática e ciências, através do estudo da organização social das abelhas e da estrutura de suas colmeias. Para realizar o estudo de sua estrutura, foi manuseado e construído um material pedagógico que faz referência a colmeia das abelhas, feito com caixa de sapato e prismas de papel com base triangular, retangular e hexagonal, e que possibilita apresentar que dentre diversos polígonos regulares, a forma hexagonal dos alvéolos é a que permite armazenar uma maior quantidade de mel para uma menor quantidade de cera. Para avaliar a abordagem interdisciplinar no ensino fundamental, o trabalho foi aplicado em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Estadual Marechal Rondon, localizada no Município de Jaciara/ MT, e o estudo foi feito através de entrevistas, aulas teóricas e práticas. Os resultados alcançados foram satisfatórios, demonstrando que a abordagem é de fácil aplicação e o material pedagógico auxilia no ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Interdisciplinar; Colmeia; Hexagonal.

ABSTRACT

In the process of teaching and learning supported by interdisciplinary practices, it is always expected interaction between disciplines and contextualized actions. However, teachers have difficulties in proposing interdisciplinary practices, or are unable to work on certain content for this to happen. Faced with these difficulties, the problem of how to work mathematics in an interdisciplinary way in elementary school has been raised through practical or playful activities. In this way, the objective of this work is to evaluate and present an interdisciplinary approach between the disciplines of science and mathematics mediated by the use of pedagogical material. The methodology consists of an interdisciplinary pedagogical approach

¹ Licenciatura em Ciências da Natureza- IFMT/Centro de Referência de Jaciara

² Licenciatura em Ciências da Natureza- IFMT/Centro de Referência de Jaciara

³ Discente da Especialização em Ensino de Ciências da Natureza- IFMT/Centro de Referência de Jaciara

⁴ Mestre em Matemática Aplicada – UFMT e Docente do IFMT/Centro de Referência de Jaciara

that relates the disciplines of mathematics and sciences, through the study of the social organization of bees and the structure of their hives. In order to carry out the study of its structure, a pedagogical material referring to the bees' hive, made with a shoebox and paper prisms with a triangular, rectangular and hexagonal base, was handled and constructed, and it is possible to present that among several regular polygons, the hexagonal form of the alveoli is the one that allows to store a greater quantity of honey for a smaller amount of wax. In order to evaluate the interdisciplinary approach in elementary education, the work was applied in a group of Youth and Adult Education (EJA) of the Marechal Rondon State School, located in the municipality of Jaciara / MT, and the study was done through interviews, and practices. The results achieved were satisfactory, demonstrating that the approach is easy to apply and the teaching material assists in teaching and learning.

Keywords: Interdisciplinary; Sciences; Mathematics; Hexagonal.

1 INTRODUÇÃO

A atuação do professor vai além de um simples quadro e giz, de modo que o educador deve permitir e proporcionar ao aluno a construção e aplicação do conhecimento no universo em que se vive. Contudo, alguns professores não percebem as mudanças ocorridas ao longo do tempo no perfil dos alunos, e isto é mais expressivo com os professores do ensino fundamental, estando suas práticas voltadas para o ensino tradicional (DELIZOICOV, 2009).

Para auxiliar o professor frente às mudanças, existe uma quantidade significativa de materiais pedagógicos dinâmicos, lúdicos e acessíveis. Estes materiais, além de facilitadores no processo de ensino, podem orientar e permitir a aplicação de metodologias e práticas inovadoras.

Logo, existem diversos recursos e caminhos para um processo de ensino e aprendizagem que fuja do tradicional, e que permitem ao aluno a construção ou reformulação de conceitos. Dentre estes caminhos, o uso de práticas interdisciplinares e de materiais pedagógicos, que podem ser utilizadas juntas, além de despertar a curiosidade do aluno, permitem que ele exercite suas habilidades de pesquisador.

Não temo dizer que inexistem validade no ensino em que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado. [...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado [...]. Percebe-se, assim, que faz parte da tarefa docente não apenas ensinar conteúdos, mas também ensinar a pensar certo (FREIRE 1998, p.26).

Com base no que foi apresentado, justifica-se buscar propostas interdisciplinares no ensino de Ciências e Matemática, visto que, junto com a utilização de materiais pedagógicos, permitem traçar novos caminhos para o ensino de Matemática, tornando o processo de ensino e aprendizagem lúdico e significativo.

Porém, surge a seguinte indagação: como trabalhar interdisciplinarmente matemática e ciências no ensino fundamental, e ainda utilizar materiais pedagógicos neste processo?

Diante disso, este trabalho tem por objetivo propor e avaliar uma abordagem interdisciplinar entre matemática e as ciências da natureza mediada pelo uso de um material pedagógico. Para isto, é utilizado um material que permite fazer uma analogia com os alvéolos das colmeias das abelhas, para auxiliar nos estudos de geometria e da organização social das abelhas.

2 INTERDISCIPLINARIDADE E O ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

No ensino atual o aluno é ativo, capaz de construir seu conhecimento, e tem como principal orientador no processo de ensino e aprendizagem, o professor.

Neste sentido, leva-se em consideração o papel criativo do aluno, onde o papel do professor é de conduzir os alunos para que identifiquem problemas a partir das observações sobre o fato, para que ele tire suas próprias conclusões. Relativo ao conteúdo apresentado no processo, o aluno tem um desenvolvimento de ideias imaginárias, vivendo experiências de seus conhecimentos e aprendizado (FREIRE, 1998).

Contudo, para que o aluno seja ativo no processo de ensino e aprendizagem, é necessário a fuga do ensino tradicional e aproximação de um ensino que interaja com as outras áreas do conhecimento. Neste contexto, as ciências da natureza e a matemática podem ser aproximadas, relacionadas ou contextualizadas, como por exemplo, quando trabalhadas por meio da resolução de um problema.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental – PCN (BRASIL, 2000) da área de Ciências Naturais, no ensino de ciências da natureza, os conhecimentos devem ser articulados, mediados por situações problematizadas, onde o aluno como sujeito ativo, poderá vivenciar o processo de investigação científica.

Para integrar as diferentes disciplinas ou áreas do ensino fundamental, como exemplo, o diálogo entre as disciplinas de matemática e ciências, é preciso a utilização de práticas interdisciplinares que quebrem barreiras entre as disciplinas e fuja de um ensino tradicional.

Segundo Fazenda (2011), a interdisciplinaridade é a colaboração entre as disciplinas e traz inovação para a educação, um novo olhar sobre o aprendizado. Nessa perspectiva, as disciplinas interagem aliando seus conteúdos de forma mútua e recíproca.

A interdisciplinaridade na formação profissional requer competências relativas às formas de intervenção solicitadas e as condições que concorrerem para os seus melhores exercícios. Neste caso, o desenvolvimento das competências necessárias requer a conjugação

de diferentes saberes disciplinares. Entenda-se por saberes disciplinares: saberes da experiência, saberes técnicos, saberes teóricos interagindo de forma dinâmica sem nenhuma linearidade ou hierarquização que subjuguem os participantes (FAZENDA, 2009, p. 106).

De modo que a interdisciplinaridade é a fuga do ensino tradicional, de acordo com Fazenda (2006), professores vem buscando trabalhar com propostas interdisciplinares, contudo, por não conhecerem ou estudarem a interdisciplinaridade, acabam não alcançando e promovem a multidisciplinaridade pensando que estão trabalhando de forma interdisciplinar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM (Brasil, 1999) indicam que têm surgido várias propostas com conteúdo interessante para possibilitar uma possível busca pela interdisciplinaridade, por isso, mesmo com dificuldades, muitos professores têm buscado o conhecimento e visão interdisciplinar, seja qual for o tema abordado para o seguimento deste diversificado contexto.

Segundo Augusto (2007), dentre as dificuldades encontradas pelos educadores ao trabalharem a interdisciplinaridade, destacam-se: a falta de tempo para se reunir com colegas, preparar as aulas ou dedicar-se ao estudo; falta de recursos materiais e espaço físico adequado; ações dos professores; integração entre as áreas; espírito de equipe entre os professores e de comprometimento com o trabalho. Cita-se ainda como outros fatores: docentes que não recebem bem novas metodologias de ensino, preferindo o ensino tradicional; falta de apoio ou dificuldades de relacionamento com a coordenação/direção da escola; rotatividade de professores nas escolas; planejamento anual mal elaborado e exclusivo de cada disciplina, não havendo um planejamento coletivo.

Além das dificuldades relatadas, para que atividades interdisciplinares nas escolas sejam efetivas, é fundamental acabar com o distanciamento entre as disciplinas e áreas do conhecimento. Conforme expõe Hartmann (2007), para que a interdisciplinaridade seja efetiva na escola, além de outros fatores, também é necessário o diálogo permanente entre os professores das diversas disciplinas da escola, visto que havendo este diálogo, implicará o trabalho integrado entre eles.

Tal importância na aproximação das áreas para que a interdisciplinaridade seja efetiva também é confirmada por Augusto (2007), que ainda expõe um aspecto fundamental para que isso ocorra, a necessidade de maior interação entre os professores, de modo a envolver todas as áreas dos conhecimentos, estimular seus alunos e dar significado ao conhecimento que ele mesmo produz, partindo da simples exposição de conhecimento para a sua construção.

Embora as Ciências da Natureza e a Matemática tenham aplicações comuns, nem sempre os professores de ciências dominam as propriedades e conhecimentos matemáticos

necessários para uma abordagem interdisciplinar e isto vem a demonstrar a importância do diálogo e interação entre os docentes na efetivação da interdisciplinaridade. Abordagens docentes que aliem as áreas das ciências com a matemática tornam-se interessantes, pois a matemática está presente no cotidiano do aluno, assim como as ciências.

Para Fazenda (2003, p. 62):

Ensinar matemática é, antes de tudo, ensinar a pensar matematicamente, a fazer uma leitura matemática do mundo e de si mesmo. É uma forma de ampliar a possibilidade de comunicação e expressão, contribuindo para a interação social, se pensada interdisciplinarmente.

Ressalta-se que aplicações que permeiam a matemática e a ciências são fáceis de serem observadas, podendo ser abordadas de formas interdisciplinar. Dentre o conteúdo matemático presente em qualquer disciplina da área de ciências da natureza e de fácil visualização, está a geometria, sendo um conteúdo que pode ser trabalhado em qualquer nível do ensino. Por este motivo, os PCNEM (Brasil, 1999), apresentam que a escola deve adaptar na educação das crianças esse conhecimento, visando perceber o significado da importância do mesmo à interação social das mesmas com o cotidiano de cada um.

2.1. Geometria da Colmeia

De modo a ilustrar a geometria presente nas ciências da natureza, e que algo tão complexo pode ser abstraído apenas por um olhar, e trabalhado de forma interdisciplinar na sala de aula do ensino fundamental, basta observar algumas informações da *revista Almanaque Rural – Apicultura*.

Segundo a revista, a organização e a disciplina que caracterizam as colônias de abelhas sociais Apismelifera (abelha europa) pode ser observada a partir da construção da colmeia, que é um exemplo de economia e funcionalidade. Cada favo é a lâmina vertical repleta de células hexagonais justapostas, prismas reunidos de forma que a parede de um alvéolo sirva ao alvéolo vizinho, sem deixar buracos e sem desperdício de cera. Uma vez formados, os favos são usados sempre limpos e polidos, para incubar larvas e armazenar novas cargas de mel.

A estrutura da colmeia das abelhas é matematicamente fascinante e intrigante, pois das diversas formas geométricas, a forma presente nos alvéolos é o hexágono regular, e este polígono regular é um dos poucos que permite cobrir uma área utilizando a mesma região.

Segundo Dante (2005), para criar um mosaico com polígonos regulares, haveria apenas três possibilidades: triângulo equilátero, quadrado e hexágono regular, pois apenas estes polígonos possuem ângulos internos que são divisores de 360° , ou seja, os ângulos internos

completam 360° ao se juntarem. Logo, caso a escolha fosse qualquer região, exceto umas das três apresentadas, haveria espaços vazios entre os alvéolos e assim acarretaria em desperdício de cera.

Aprofundando mais na geometria da colmeia, será demonstrado agora que das três regiões poligonais regulares, as abelhas escolheram a região ótima, o hexágono. Pois ao utilizar prismas hexagonais, ao invés de triangulares ou quadrangulares, elas economizam cera na construção das paredes dos alvéolos além de reduzirem os trabalhos de construção.

Para esta demonstração, seja dados três polígonos regulares: triângulo, quadrado e hexágono, todos com o mesmo perímetro, $p = 3l$, onde l é um número Real com uma unidade de medida qualquer (um).

Como a área (A_T) do triângulo equilátero é dada por $A_T = (\text{lado})^2 \cdot \frac{\sqrt{3}}{4}$, assim, tomando l substituindo na equação, tem-se sua área $A_T = (l)^2 \cdot \frac{\sqrt{3}}{4} = \frac{l^2 \sqrt{3}}{4} \text{um}^2$. Quanto ao quadrado, sua área (A_Q) é dada por $A_Q = \text{lado}^2$ e, substituindo o valor do lado do quadrado na equação, tem-se sua área $A_Q = \left(\frac{3l}{4}\right)^2 = \frac{9l^2}{16} \text{um}^2$. Por fim, a área (A_H) do Hexágono regular é dada por $A_H = 6 \cdot (\text{lado})^2 \cdot \frac{\sqrt{3}}{4}$, assim, substituindo o valor do lado tem-se área, $A_H = 6 \cdot \left(\frac{l}{2}\right)^2 \cdot \frac{\sqrt{3}}{4} = \frac{16l^2 \sqrt{3}}{16} \text{um}^2$.

Para facilitar a comparação entre as áreas, seja um valor Real $S = \frac{l^2}{16}$. Fazendo a substituição de S nas equações das áreas, chega-se no valor da área em função de S : $A_Q = \frac{9l^2}{16} = 9 \cdot \frac{l^2}{16} = 9S \text{um}^2$; $A_T = \frac{l^2 \sqrt{3}}{4} = \sqrt{3} S \text{um}^2$ e $A_H = \frac{16l^2 \sqrt{3}}{16} = 16\sqrt{3} S \text{um}^2$.

Como os alvéolos das colmeias que armazenam o mel são regiões com formatos de prismas, será calculado o volume de cada prisma.

Para isto, seja a altura do prisma dada por h , um número Real com uma unidade de medida qualquer (um). Calcula-se o volume (V) dos prismas quadrangular, triangular e hexagonal, através da equação $V = (\text{área base}) \cdot (\text{altura})$. Assim, chega-se no volume dos respectivos prismas: $V_Q = 9Sh \text{um}^3$, $V_T = \sqrt{3}Sh \text{um}^3$ e $V_H = 16\sqrt{3}Sh \text{um}^3$.

Note que, $16\sqrt{3}Sh > 9Sh > \sqrt{3}Sh$, então concluímos que $V_H > V_Q > V_T$.

Portanto, utilizando estes polígonos de mesmo perímetro como base dos prismas, tem-se que a área lateral total dos prismas (parede dos alvéolos) são iguais, contudo, o prisma hexagonal é o que tem maior volume. Logo, ao escolherem os alvéolos em formato de prisma hexagonal, as abelhas evitaram desperdício e garantiram eficiência.

O estudo centrado no tema abelhas, além de permitir um trabalho sobre sua organização e características, como visto, também possibilita um estudo matemático sobre geometria e otimização de regiões. Desta forma esta temática facilita a aproximação entre as disciplinas de ciências e matemática.

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados. (BRASIL, 1999, p. 89).

No processo de ensino e aprendizagem de ciências da natureza e matemática, além do trabalho interdisciplinar, as aulas de Matemática e Ciências podem ficar mais dinâmicas e compreensíveis por meio do uso de material didático, que, dependendo do seu uso, pode facilitar uma abordagem interdisciplinar. Ainda que, “organizar matérias e atividades que facilitem e conduzam a aprendizagem é parte do cotidiano do professor ou dos que produzem materiais de apoio para professores” (DELIZOICOV, 2009, p. 239).

3 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho consiste de uma proposta de ensino interdisciplinar entre matemática e ciências da natureza, mediada pela utilização de um material pedagógico e lúdico, onde é avaliado o processo de ensino e aprendizagem de geometria e organização das abelhas através do estudo da colmeia.

A proposta foi aplicada na Escola Estadual Marechal Rondon, com sede no município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, CEP 78.820-000; criada pelo Decreto Lei nº2431/65, de 10 de setembro de 1965, publicado no Diário Oficial de 22 de setembro de 1965, sob CNPJ 01.584.331/0001-89. A mesma é mantida pela Rede Oficial de Ensino do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

As problemáticas norteadoras foram: como as abelhas vivem e se organizam? Como produzem o mel? Porque a forma dos seus alvéolos é a ideal?

A proposta foi dividida em quatro etapas, sendo aplicada de acordo com os seguintes procedimentos: aulas expositivas e dialogadas, visitações técnicas, utilização de recursos multimídias e de material pedagógico.

A avaliação da proposta foi realizada através de métodos qualitativos, baseados em entrevistas, observações, perguntas direcionadas e anotações em caderno de campo.

Antes do desenvolvimento da proposta, ao professor responsável pela turma foi feita uma entrevista de modo a identificar as suas práticas frente a interdisciplinaridade.

Para os alunos participantes, buscando identificar seus conhecimentos prévios em geometria e relações da matemática com as ciências da natureza, foram feitas perguntas sobre o

formato de alguns polígonos e poliedros, se identificam tais formas e sabiam os nomes, ou se percebiam relações destes formatos com os usados pelas abelhas.

Durante a aplicação das etapas da proposta, foram realizadas observações sobre o desenvolvimento e participação dos alunos, sendo realizada as devidas anotações em caderno de campo.

Aula expositiva e visita técnica

De modo expositivo e dialogado, foi apresentado e trabalhado a parte teórica sobre a organização das abelhas e o que elas representam no meio ambiente, possibilitando mostrar alguns estudos feitos sobre a sociedade das abelhas, a produção do mel, função de cada abelha e o porquê usam formas geométricas na construção dos alvéolos.

Nesta etapa também foi abordado o processo de produção de mel nas fazendas de apicultura. Para isto, foi feita uma visita em uma Fazenda Agropecuária, que realiza atividades de apicultura, para registro de fotos. Já em sala de aula, através das fotos registradas na fazenda, foi abordado o processo produtivo e a utilização consciente dos recursos da natureza, o formato da colmeia e a geometria envolvida. Além disso, foi apresentado imagens de formatos geométricos para as comparações com o formato da colmeia.

Apresentação de vídeos sobre as abelhas e funcionalidade da colmeia

Foi realizada a apresentação de dois vídeos públicos, encontrados no site YouTube, que apresentam a organização social das abelhas e a geometria da colmeia.

No primeiro vídeo, denominado “a vida das abelhas”, é retratado a vida das abelhas e como sua história tem relação com o cotidiano do ser humano, e pode ser acessado através do endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=CX2k-PuWtnA>.

O segundo vídeo, denominado “função das abelhas na natureza”, retrata o processo das abelhas para produzir o mel, e sobre as atividades de apicultura: a criação, o apiário, manejo, divisão das colmeias e processamento, este é disponível no seguinte endereço eletrônico, <https://www.youtube.com/watch?v=UyFJzfRSbVA>. Neste vídeo também são apresentados a relação da colmeia com a geometria, focando a otimização alcançada pela escolha certa do formato geométrico.

Desenvolvimento de cálculos matemáticos

Com objetivo de que os alunos visualizem a economia de material alcançada com a escolha de um determinado prisma, foram apresentados no quadro cálculos de volumes dos prismas triangular, quadrangular e hexagonal.

Através de cálculos de áreas laterais e volumes dos prismas, espera-se que com estes cálculos os alunos constatem que para armazenar a maior quantidade de mel, o hexágono é o que proporciona maior economia de cera para a construção dos alvéolos na colmeia e maior volume de mel.

Aplicação de material pedagógico

Foi proposto a aplicação de um material pedagógico que facilitaria a abordagem interdisciplinar.

O material utilizado é confeccionado através de três caixas de sapato de mesmo tamanho, que representam a colmeia das abelhas, onde são colocados prismas (quadrangulares, hexágonas ou triangulares) feitos de papel cartão, com mesma área lateral e altura, sendo estes a representação dos alvéolos das colmeias. As bases dos prismas, ao serem dispostos nas caixas, devem cobrir toda a área da base da caixa de sapato, ou seja, ladrilhar a caixa com quadrados, triângulos ou hexágonos, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1- Material pedagógico que representa a colmeia das abelhas



Fonte: Elaboração dos autores.

O material pedagógico permite apresentar que entre os prismas hexagonais, triangulares e quadrangulares, todos com mesma área lateral, o prisma hexagonal é o que apresenta o maior volume.

Com isto, busca-se demonstrar de forma prática que a escolha de alvéolos hexagonais na colmeia é a forma geométrica otimizada, que permite a utilização de menos cera e armazenamento de maior quantidade de mel.

Para aplicação do material confeccionado, com o objetivo de fazer o aluno observar que a escolha geométrica dos alvéolos são formas otimizadas, eles foram divididos em grupos e escolheram um dos três prismas, onde fizeram a disposição deles dentro da caixa de sapato.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta foi aplicada na Escola Estadual Marechal Rondon (CEJA), localizada no município de Jaciara-MT, e foi escolhido para aplicação uma turma multisseriada do período noturno. Participaram da aplicação 12 alunos do 2º seguimento (5º ao 9º ano).

A escolha da turma trouxe um maior desafio, visto que são turmas heterogêneas e que o professor deve dar mais atenção aos conteúdos trabalhados, buscando dar significado ao conteúdo e aliar com o cotidiano dos alunos de diferentes idades e experiências sociais.

Nas turmas multisseriadas o desafio é ampliado: além de terem que lidar com a esperada diferença de ritmos e modos de apreensão do conhecimento pelas crianças, o professor ainda precisa enfrentar particular dificuldade de ordem motivacional, em função das distintas faixas etárias numa mesma classe e, ainda, conseguir planejar e organizar o ensino de maneira a assegurar a apropriação pelas crianças ao mesmo tempo em que é necessário garantir a progressão de conteúdos e aprendizagem das que já se alfabetizaram (SÁ; PESSOA. 2015, p. 4).

Ao dar início ao desenvolvimento da proposta, foi realizado uma entrevista com a professora de matemática responsável pela turma, buscando identificar seu entendimento sobre interdisciplinaridade e se a mesma utilizava práticas diferenciadas.

Adiante, é apresentado um relato da professora quando foi indagada se utilizaria de práticas interdisciplinares nas aulas, e se acreditava que essas práticas traziam mudanças no processo de ensino e aprendizagem.

Professora – “implantaria práticas interdisciplinares com o intuito que os alunos possam interagir e compreender melhor o assunto e que tais práticas mudariam a educação atual, porém, dependeria de algumas mudanças feitas pela direção da escola e apoio aos docentes para utilizar métodos apropriados para ensinar os alunos”.

O comentário apresentado pela professora confirma umas das dificuldades relatadas por Augusto (2007) na implementação da interdisciplinaridade, a falta de apoio da coordenação/direção da escola. Outro relato da professora que chamou atenção, foi ao ser questionada sobre aplicações da matemática com a área das ciências da natureza.

Professora – “tudo tem a ver com ciência e matemática, no caso da geometria, basta fazer comparação de alguns objetos, seres vivos e coisas que fazem parte do nosso cotidiano, assim os alunos aprendem melhor o conteúdo que foi explicado”.

Neste sentido, a professora apresenta a possibilidade de um ensino que não seja apenas pautado por definições e teorias, mas que a abstração pode ser adquirida, como neste caso, por meio de observações, e isto vem de encontro com o que é apresentado por Delizoicov:

Particularmente em relação ao ensino de Ciências da Natureza, o fato de o aluno conviver e interagir com fenômenos que são objetos de estudo dessas Ciências para além dos muros das escolas, quer diretamente que por relações mediatizadas, desautoriza a suposição de que uma compreensão deles seja obtida apenas por uma abordagem na sala de aula com os modelos e teorias científicas. (DELIZOICOV, 2009, p.183).

Para dar início a aplicação da proposta, também foi feita uma sondagem com os alunos. Estes foram questionados sobre seus conhecimentos em geometria e relações da matemática com a natureza.

Foi observado que os alunos tinham conhecimento satisfatório sobre a geometria, contudo, quando se perguntava a relação das abelhas com a matemática, dez alunos não percebiam relações.

Ainda, durante a realização da sondagem, um dos alunos fez a seguinte indagação: Aluno A – “por que o questionário era com perguntas sobre ciências, sendo que a aula era de matemática?”.

Diante disto, observou-se que os alunos não visualizavam as relações com o seu meio social e, neste caso, não identificaram a relação das ciências e a geometria, particularmente, as abelhas e a matemática.

Tais observações implicam as dificuldades dos discentes em construir seus significados matemáticos e aplica-los no seu cotidiano, conforme é apresentado por Gerdes:

A matemática é percebida, por muitos indivíduos, como sendo uma disciplina abstrata e totalmente separada das situações cotidianas, pois, muitos pensam que a matemática é uma ciência abstrata, muito difícil de aprender e desligada do cotidiano do homem. (Gerdes,1981, p. 3).

Após realizadas as sondagens, foi aplicada a proposta interdisciplinar. Durante o desenvolvimento da primeira etapa, a princípio foi realizada a apresentação das fotos da fazenda que realiza atividades de apicultura, Fazenda Agropecuária Itapiranga, localizada no Município de Jaciara/ MT; logo em seguida, os discentes começaram a participar da aula e fazer questionamentos sobre o porquê das abelhas construir a colmeia com formas geométricas perfeitas.

Figura 2– Foto registrada durante a visita a fazenda de apicultura



Fonte: Elaboração dos autores.

Além disso, através das observações do formato dos alvéolos, começaram a perceber porque a temática abelha estava sendo trabalhada nas aulas de matemática, de forma que antes identificavam como sendo pertencente apenas à disciplina de ciências.

Podemos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para ligar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos. (JAPIASSU, 1976, p. 75)

No decorrer do desenvolvimento da segunda etapa, onde foram apresentados vídeos, os alunos mostraram maior interesse na aula, e ficaram ainda mais curiosos sobre a geometria presente na colmeia e a organização das abelhas.

Figura 3– Apresentação de vídeos para a turma



Fonte: Elaboração dos autores.

Contudo, ao final desta etapa, metade da turma não havia entendido porque as abelhas usavam o hexágono, e não o triângulo ou o quadrado, e por que somente estes três polígonos regulares permitem ladrilhar o plano, conforme apresentado no vídeo.

A partir dessas dúvidas, com o intuito de demonstrar que o prisma hexagonal era a forma ótima, foi desenvolvido a terceira etapa, onde foram desenvolvidos cálculos de volume e

área para os prismas: triangulares, quadrangular e hexagonal, de altura igual a 10 cm e perímetro da base 12 cm.

Logo após o término dos cálculos, notou-se que as dúvidas ainda permaneciam.

Assim, foi desenvolvida a quarta etapa e aplicado o material pedagógico confeccionado (Figura 1), que tinha como objetivo fazer com que os alunos visualizassem a economia de material com a escolha de um determinado prisma, esperando a constatação que para armazenar a maior quantidade de mel, o hexágono é o que proporciona maior economia de cera para a construção dos alvéolos na colmeia, e armazena um maior volume de mel.

Para aplicação, formou-se três grupos de alunos com o objetivo de montar os modelos dos 3 moldes dos prismas dentro de cada caixa, para que os alunos tivessem a melhor clareza do que foi apresentado. O primeiro grupo a terminar foi o grupo do quadrado por ser de fácil encaixe, o segundo o foi do triângulo e por último o hexágono, que tentou duas vezes antes de conseguir, devido seus encaixes serem mais difíceis.

Ao final da aplicação do material pedagógico, os alunos perceberam que as abelhas escolhem o hexágono pois teriam economia de material, porque suas paredes seriam vizinhas umas das outras. Para o triângulo e o quadrado concluíram que usariam mais material na construção das paredes, mais tempo para se trabalhar, implicando na mesma quantidade de volume.

Comparando o aprendizado dos alunos sobre a forma geométrica otimizada escolhida pelas abelhas, tendo como base para a comparação o método tradicional utilizando o quadro através de contas e o método lúdico através da utilização do material pedagógico, observa-se que os alunos conseguiram perceber e entender somente com a utilização da atividade lúdica.

Confirmando o que Delizoicov (2009) afirma, que as aulas de Matemática e Ciências podem ficar mais dinâmicas e compreensíveis, por meio da ação do uso de Material Manipulável, disponibilizando um bom material didático e que tenha a garantia de trabalhar de interpretação de uma aprendizagem.

“Organizar matérias e atividades que facilitem e conduzam a aprendizagem é parte do cotidiano do professor ou dos que produzem materiais de apoio para professores”. (DELIZOICOV, 2009, p.239).

Ao finalizar a proposta, foram direcionadas perguntas para os 3 grupos. Ao serem indagados sobre a importância das abelhas, percebeu-se que os 3 grupos responderam corretamente, onde definiram o fato das abelhas serem importantes para a polinização. Além disso um grupo argumentou a seguinte frase: Aluno B – “Não sabíamos que as abelhas tinham grande importância para a natureza, porque elas ferream doído...”

Quando feito a segunda indagação, sobre o porquê que as abelhas usam a figura geométrica hexágono para a confecção dos seus alvéolos, a maioria respondeu corretamente: “por que elas usam menos cera e armazenam mais mel.”

A parte mais importante e essencial da proposta é que os alunos conseguiram compreender o conteúdo aplicado e este passou a ser significativo, além disto, através da aula de matemática abstraíram não só a geometria, mas também a organização social das abelhas.

Um trabalho interdisciplinar, antes de garantir associação temática entre diferentes disciplinas, ação possível, mas não imprescindível, deve buscar unidade em termos de prática docente, ou seja, independentemente dos temas/assuntos tratados em cada disciplina isoladamente. (BRASIL, 2000, p. 21-22).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interdisciplinaridade é um desafio para muitos professores, onde ainda se busca sua efetivação no ensino, enquanto em muitas escolas essas práticas ainda não são aplicadas.

Diante de todas as dificuldades em torno do ensino interdisciplinar, abordou-se a interdisciplinaridade sobre as disciplinas de Ciências e Matemática, mostrando que essas duas disciplinas podem ser ensinadas em diferentes ambientes, levando os docentes a buscar novos caminhos para ensinar de forma dinâmica.

Nem sempre atividades interdisciplinares trazem resultados satisfatórios no processo de ensino, seja devido o conhecimento que precisa ser adquirido para a prática; ou da necessidade de interação com os colegas de trabalho e de reavaliar sua prática docente. Contudo, foi percebido que quanto aplicada corretamente, faz com que os alunos tenham o ensino voltado para o desenvolvimento de habilidades e ideias; e reflète nas ações pedagógicas de todos da escola.

O resultado obtido proporcionou aos alunos um entendimento do conteúdo ministrado de forma responsável, descontraída, e contribuiu para a construção do conhecimento de cada indivíduo dentro da escola e no cotidiano. Além disto, embora havia um certo receio e desavio de trabalhar com uma turma multisseriada, os resultados superaram o esperado e se mostraram positivos, onde as idades heterogêneas não foram obstáculos, mostrando ser uma proposta positiva para ser aplicada nestas turmas.

Assim, diante de todos os conteúdos e propostas sugeridos e trabalhados dentro da interdisciplinaridade com os alunos, observa-se que os resultados e respostas obtidos foram satisfatórios, pois ficou transparente e evidenciado que é possível aplicar metodologias diferentes em diversas áreas e em determinados conteúdos, e desta forma alcançar resultados

positivos que venham contribuir e integrar de forma relevante o aprendizado, fazendo parte da construção do conhecimento do aluno.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, T. G. da S.; CALDEIRA, A. M. A. **Dificuldades para a Implantação de Práticas Interdisciplinares em Escolas Estaduais Apontadas por Professores da Área de Ciências da Natureza**. Investigações em Ensino de Ciências – V12(1), pp.139-154, 2007;

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental: Ciências Naturais**. Brasília: MEC/SEF, 2000

DANTE, Luiz Roberto. **Didática da Resolução de Problemas de Matemática**. 12ª edição. São Paulo, 2005.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1979. (6ª edição – 2011).

_____, I. C. A.. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.

_____, I. C. A. **Formação de professores: dimensão interdisciplinar**. *Revista Brasileira de Formação de Professores*, v. 1, n. 1, p. 103-109, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

GERDES, P. **A ciência Matemática**. Moçambique: Núcleo Editorial, 1981.

HARTMANN, A. M.; ZIMMEMANN, E. **O trabalho interdisciplinar no Ensino Médio: A aproximação das “duas culturas”**. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*. v. 7, n. 2, 2007. ISSN 1806-5104. Disponível em: <http://revistas.if.usp.br/rbpec/article/view/68>.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 75.

REVISTA ALMANAQUE RURAL, 2004. **Apicultura**, n. 01. São Paulo: Escala, 2004. 96 p. SÁ, C.F; PESSOA, A.C.R.G. **Práticas de Alfabetização em Turmas Multisseriadas: Estratégias docentes paralisar com a heterogeneidade de aprendizes**. Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 37ª Reunião Nacional da ANPEd –2015.

O CHEQUE PÓS-DATADO: À Luz do Código de Defesa do consumidor

Marla Denilse Rheinheimer¹

RESUMO

O presente trabalho consiste numa breve análise sobre o cheque pós-datado, da responsabilidade dele decorrente e os aspectos passíveis de indenização. Para melhor compreensão do tema, fizemos uma síntese acerca dos aspectos legais do cheque, de acordo com a Lei nº 7.357/85. O cheque pós-datado é largamente utilizado nas relações comerciais brasileiras, no entanto, não possui regulamentação por lei. Os conflitos resultantes de tal prática são resolvidos pela Jurisprudência pátria, que consolidou o entendimento de que o cheque pós-datado é uma relação contratual existente entre o emitente e o tomador que ajustam a apresentação do título para data futura. Assim, apresentado o título antes da data acordada, caberá a indenização pelos danos que o emitente vier a sofrer. A responsabilidade civil, no caso, de acordo com o entendimento dos tribunais, recai sobre o tomador do título que o apresentar antes da data ajustada. O banco só terá responsabilidade se descontar antecipadamente o cheque que estiver sob sua custódia em virtude de operação de desconto. Assim, é lícito ao emitente lesado requerer a indenização correspondente se frustrado o acordo realizado para apresentação do cheque somente em data futura.

Palavras-chave: Cheque pós-datado. Desconto antecipado. Indenização. Responsabilidade civil.

INTRODUÇÃO

O enfrentamento da presente temática titulada - O Cheque pós-datado e seus aspectos indenizatórios -, não é tarefa a que possamos considerá-la simples, visto que envolve uma série de abordagens para além da dogmática, exatamente por representar o cheque pós-datado uma lacuna lentamente implementada pelo costume brasileiro nas relações negociais dos últimos tempos, que quando confrontada com a legislação vigente requer desdobramentos que envolvem o estudo e a aplicação de diversos institutos jurídicos para a sua eficácia.

Assim é que, atravessando a história, o cheque, na sua especificidade cambiária, representa na realidade brasileira hodierna, uma das mais céleres e eficazes formas de pagamento, porquanto todos os requisitos cambiários que o informam e, principalmente, por sua incontestável existência no cotidiano das relações de consumo na forma de “pós-datado”, que apresenta uma natureza jurídica híbrida, a que se entende cambiária e ao mesmo tempo contratual, aspecto que acatamos e desenvolvemos sob o arrimo da jurisprudência brasileira que se sedimenta e de tantos institutos correlatos que abrem espaço exegético à aplicação.

¹ É Advogada especialista em Direito Constitucional É ofertado pela Escola de Ensino Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul e professora da Faculdade Eduvale/Jaciara.

O presente artigo divide-se em seu desenvolvimento temático em: Do Cheque Pós-Datado; Do Cheque Pós-Datado à luz do Código de Defesa do Consumidor e Da Responsabilidade Civil e Aspectos Indenizatórios, objetivando oferecer maior compreensão dos institutos indispensáveis ao entendimento da matéria, em seus aportes materiais teóricos e jurídico-legais, como forma de se contribuir para o encaminhamento da matéria ao crivo do Judiciário ao ensejo de restabelecimento do equilíbrio das partes relativamente aos seus interesses contrapostos.

Dessa ótica exsurge didaticamente como tentativa conceitual para elucidação do tema, no primeiro capítulo, abordamos o instituto do cheque na sua forma pós-datada, sua natureza jurídica e singularidades na forma, na apresentação e prazo prescricional entre outras particularidades sentidas e vividas na prática jurídica contemporânea, detidamente analisadas, processadas e decididas pelos sábios doutrinadores e pela inteligência dos Tribunais.

No estudo do cheque pós-datado à luz do Código de Defesa do Consumidor em seus meandros básicos tratamos do instituto da responsabilidade civil como suporte teórico-legal para a eficácia e aplicação da conjuntura anteriormente vista, acerca do cheque pós-datado e de todos os institutos que o possam sustentar na prática, passando ao enfrentamento do tema da indenização nas duas modalidades do dano: material e moral.

E é claro que o presente artigo não tem a pretensão de esgotar a discussão do tema, porquanto o momento porque passa a sociedade brasileira ainda não é o de assentar decisões apenas pautadas no costume, mas fundamentalmente, o momento é ainda de elaboração de leis, como aplicativos das regras surgidas deste. De forma, que muito ainda se abordará o tema da indenização decorrente de cheque pós-datado cobrado a destempo, ao fito de se aperfeiçoar o quanto possível a norma hipotética nascida da consciência do povo para eficácia das decisões no Judiciário.

DO CHEQUE PÓS-DATADO

O uso do cheque pós-datado é uma prática comum nas relações comerciais brasileiras. Trata-se de um costume, de uma conduta geral largamente praticada em todo o território nacional, de maneira constante e uniforme, de modo que tem se revelado o instrumento mais prático e ágil à documentação do crédito concedido pelos fornecedores de produtos e prestadores de serviços.

Trata-se de uma forma de crédito rápido e venda facilitada, visto que, para a comodidade das partes, uma vez adquirido um produto ou serviço pelo consumidor, este emite

com data futura tantos cheques quantos forem necessários para o adimplemento de seu débito, desvirtuando o cheque de sua natureza legal, a de ordem de pagamento à vista (COELHO, 2004).

A doutrina já há algum tempo vem se pronunciando acerca do cheque pós-datado, vejamos:

[...] o cheque, [...], tornou-se para os comerciantes uma forma de crediário fácil, onde a verificação da idoneidade do cliente é mais rápida e também a cobrança dos mesmos se fazem por meios tradicionais e instantâneos, ainda sem considerar os custos, como é o caso da cobrança por borderôs, duplicatas ou notas promissórias, criou-se então a figura do cheque pré-datado. (RIEZO, 1999, p. 11).

Observamos, no entanto, que a teor da legislação vigente, o cheque é título pagável à vista, considerando-se não escrita qualquer menção em contrário, conforme preconiza o artigo 32, da Lei nº 7.357/85.

Por sua vez, o parágrafo único do referido artigo dispõe que “o cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação” (BRASIL, 1985).

Da leitura do texto legal fica evidente, ao menos em princípio, que se admite a figura do cheque pós-datado, embora não exista regulamentação para o seu uso. É inegável, no entanto, o fato de que em nosso cotidiano o cheque tem sido utilizado de forma diversa daquela legalmente prevista, criando-se a figura do cheque pós-datado que já é uma prática consolidada no meio das relações socioeconômicas.

Contudo, notamos que a expressão “cheque pré-datado”, comumente utilizada nas relações comerciais, não parece ser juridicamente a mais adequada, vez que o título geralmente é emitido com aposição de data futura no campo reservado para a data da emissão. Ademais, o afixo *pré*, que se origina do latim *prae*, significa antecipação, anterioridade. Já *pós*, que também se origina do latim *post*, denota ato ou fato futuro, e, dessa forma, se contrapõe àquele. Assim, flagrante é a inadequabilidade da expressão cheque pré-datado para designar o título cuja aposição da data é posterior a de sua emissão e assinatura, sendo mais apropriado juridicamente denominá-lo de cheque pós-datado. (ANDREATA, 2004).

MANEIRAS DE PÓS-DATAR O CHEQUE

Embora não exista previsão legal, na prática comercial se costuma pós-datar o cheque das seguintes formas: com a aposição de DATA FUTURA no espaço reservado para a data real

da emissão do cheque; com o uso da expressão BOM PARA; e, ainda, com o uso do LEMBRETE.

A primeira se dá com a aposição de DATA FUTURA no espaço reservado para a data real da emissão do cheque. Neste caso, a data futura grafada gera, dentre outros, os seguintes efeitos práticos: a prorrogação do prazo de apresentação, bem como do prazo prescricional; a perda da preferência em caso de apresentação simultânea de cheques; e ainda a dificuldade de prova no caso morte ou perda da capacidade do emitente (ANDREATTA, 2004).

Na segunda, a data aposta no campo específico está correta, no entanto, o lançamento de data futura se dá mediante a expressão BOM PARA no canto inferior direito do cheque, onde será aposta a data acordada entre o emitente e o tomador para a efetiva apresentação do título. De acordo com o ordenamento jurídico, o prazo para apresentação, neste caso, contará a partir da data aposta no campo específico para tal, considerando-se não escrita qualquer expressão diversa, conforme dispõe o artigo 32 da Lei 7.357/85, segundo o qual o cheque é pagável à vista, considerando-se não escrita qualquer menção em contrário (ANDREATTA, 2004).

Contudo, ressaltamos, ainda, que nem sempre a pós datação do cheque é feita no corpo do título, podendo ser feita separadamente, o que ocorre, por exemplo, quando é aposta a data correta da emissão no campo próprio para tal finalidade, mas, em virtude de acordo verbal com o tomador, é anexado ao cheque um LEMBRETE com a data futura em que o mesmo deverá ser apresentado para compensação. Nesta hipótese, o emitente corre maior risco, pois o lembrete poderá ser retirado o que dificultará a prova do acordo entabulado entre o emitente e o tomador acerca da data da apresentação avençada, vejamos:

[...] o ato de se pós-datar, também pode se dar em separado, na ocasião à qual é anexado um lembrete ao cheque, informando a data em que este poderá ser apresentado ao sacado para seu pagamento. Entretanto a atenção deve ser redobrada neste caso, pois o beneficiário poderá, usando de má-fé, retirar o lembrete e antecipar a apresentação do cheque, o que poderá ocasionar vários problemas ao emitente, dificultando assim, a prova do descumprimento do que fora convencionado entre emitente e beneficiário. (ANDREATTA, 2004, p. 46).

Este artigo, no entanto, se limitará à análise do cheque pós-datado, cuja aposição da DATA FUTURA é inserida no campo específico para a data de emissão, conforme explicitado no primeiro exemplo acima, sendo que as considerações feitas a seguir terão por base tão somente a cártula emitida nesta modalidade.

NATUREZA JURÍDICA DO CHEQUE PÓS-DATADO

Quando tratamos do cheque sob o aspecto legal, verificamos que a maioria dos doutrinadores brasileiros afirma ser a sua natureza jurídica de título de crédito próprio, sujeito às regras de circulação e cobrança cambiário (COELHO, 2004, p. 433). No entanto, ao tratarmos do cheque pós-datado, vislumbramos duas naturezas jurídicas distintas: a primeira é a cambiária (título de crédito), e a outra contratual.

A natureza jurídica cambiária do cheque pós-datado decorre do texto da Lei nº 7.357/85, ao dispor em seu artigo 32 que o cheque é pagável à vista, considerando-se não escrita qualquer menção em contrário (BRASIL, 1985). Desta forma, o sacado (banco ou instituição assemelhada) não é obrigado a respeitar a data futura aposta no título, devendo pagá-lo assim que for apresentado se houver saldo em conta para tanto, visto que, à luz da norma, trata-se de uma ordem de pagamento à vista (ANDREATTA, 2004, p. 51).

Contudo, a doutrina também diz que o cheque pós-datado possui natureza jurídica contratual, uma vez que a relação havida entre o emitente do cheque e o seu tomador (beneficiário) é a de um contrato verbalmente estabelecido. Tal concepção jurídica se dá pelo fato de o emitente, no momento da aquisição de um produto ou serviço, efetuar o pagamento do valor correspondente emitindo um ou mais cheques para apresentação em data futura, ato ao qual o tomador (beneficiário) está plenamente ciente e de acordo, comprometendo-se, dessa forma, a apresentar o título tão-somente na data avençada.

[...] o pagamento ao beneficiário, mediante a emissão de cheque pós-datado, normalmente é, do ponto de vista jurídico, um contrato verbal ou convenção, em que o emitente adquire produtos ou serviços e paga o preço com um ou mais títulos (cheques), sendo certo que o vendedor-beneficiário se compromete, em tese, a apresentar o título ao Banco nas datas acertadas entre ele e o comprador. (ANDREATTA, 2004, p. 51).

Nesta senda, temos que se trata de direito e obrigação recíproca, uma vez que o emitente do cheque garante que o título terá fundos na data avençada, bem como o tomador (beneficiário) se compromete em não apresentá-lo antes da data acordada. Trata-se, portanto, de um livre acordo de vontades entre as partes, o que é plenamente lícito, segundo Coelho (2004, p. 442), daí a natureza contratual do cheque pós-datado.

[...] É plenamente lícito ao emitente e ao credor do cheque definirem, de comum acordo, prazo mínimo para a apresentação do título à liquidação. A combinação, segundo o disposto na lei, não gera nenhum efeito perante a instituição financeira sacada, que tem o dever de simplesmente ignorar qualquer menção que torne o cheque título de pagamento a prazo. No entanto, como qualquer outra hipótese de descumprimento de obrigação contratual, o fornecedor que não observa os termos de seu acordo com o consumidor, deve indenizar as perdas provocadas. Trata-se de mera aplicação de princípio mais que assente na teoria da responsabilidade contratual.

Importante ressaltarmos, também, que embora o cheque pós-datado tenha a natureza jurídica contratual, a sua natureza cambiária não se desnatura, visto que em hipótese de apresentação antecipada ao sacado este deverá pagá-lo imediatamente se houver saldo em conta para tanto ou devolvê-lo por insuficiência de fundos, já que sob o aspecto legal se trata de ordem de pagamento à vista, conforme já exposto anteriormente (ANDREATTA, 2004, p. 52).

APRESENTAÇÃO DO CHEQUE PÓS-DATADO AO SACADO E O PRAZO PRESCRICIONAL

A Lei nº 7.357/85, de 02 de setembro de 1985, em seu artigo 33, preconiza que “o cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 (trinta) dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago; e de 60 (sessenta) dias, quando emitido em outro lugar do país ou no exterior” (BRASIL, 1985).

O prazo prescricional para execução do referido título é de 06 (seis) meses, contados a partir do término do prazo de apresentação, a teor da norma insculpida no artigo 59, da Lei em comento. Contudo, a contagem de tal prazo sofre uma exceção quando se trata de cheque pós-datado apresentado ao sacado antes da data nele aposta como sendo a de sua emissão. Neste caso, o prazo prescricional de seis meses é contado a partir da data da primeira apresentação ao sacado, conforme entendimento doutrinário, vejamos:

A regra de contagem do prazo prescricional a partir do término do de apresentação comporta exceção unicamente no caso de cheque pós-datado, se apresentado à liquidação antes da data de emissão nele escrita. A aplicação da regra geral nesse caso, de fato importaria benefício ao credor que descumpriu a obrigação de não-fazer assumida perante o emitente – isto é, a de *não* liquidar o cheque antes da data acertada de comum acordo entre eles. Os 6 meses prescricionais, na hipótese de apresentação precipitada de cheque pós-datado, contam-se como se o saque tivesse sido realizado na data da primeira apresentação ao sacado. Desse modo, se cheque de mesma praça, que ostenta o dia 2 de abril como data de emissão, é apresentado ao sacado em 15 de março, deve-se reputar prescrita a execução em 14 de outubro do mesmo ano, último dia em que o credor a pode ajuizar. (COELHO, 2004, p. 448).

Segundo o entendimento acima exposto, não seria justo aplicar a regra geral prevista nos artigos 33 e 59, da Lei nº 7.357/85, permitindo ao apresentante precipitado que o prazo prescricional do cheque pós-datado apresentado prematuramente se inicie tão somente após 30 ou 60 dias contados da data consignada como a de emissão do título. Neste caso, o beneficiário que aceitou o ajuste da pós-datação e não o cumpriu, apresentando o título antes do advento do termo ajustado, não pode invocar a seu favor a contagem do prazo prescricional do cheque pós-

datado na forma prevista nos aludidos artigos. Não pode, portanto, ser beneficiado com a ampliação do prazo prescricional o apresentante precipitado, vez que descumpriu o ajuste, devendo tal prazo ser contado da data em que foi realizada a primeira apresentação do título ao banco sacado.

DO CHEQUE PÓS-DATADO À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Sabemos que, apesar da previsão legal estabelecer que o cheque é uma forma de pagamento à vista, a jurisprudência consolidou o entendimento de que pode esse título de crédito servir também como uma forma de pagamento a prazo, tendo em vista as práticas comerciais e as relações massificadas na sociedade.

Assim, com o intuito de atrair maior número de clientes e conseqüentemente ampliar as vendas é que os estabelecimentos comerciais usualmente fazem propaganda ostensiva anunciando que aceitam o cheque pós-datado como forma de parcelamento dos produtos e serviços oferecidos.

Contudo, a partir de 11 de março de 1991, com a entrada em vigor do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/90, a relação estabelecida entre o consumidor e o fornecedor passou a ter regulamentação expressa em lei, tendo por base a figura da oferta. A partir daí, toda oferta relativa a produtos e serviços, por sua vez, passou a vincular o fornecedor ofertante, obrigando-o ao cumprimento daquilo que oferecer.

Para a legislação consumerista, fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços (BRASIL, 1990).

Dessa forma, partindo deste princípio da vinculação da oferta é que a doutrina firmou entendimento de que o cheque pós-datado passou a receber a proteção legal, uma vez que as condições veiculadas pelo fornecedor em propaganda ostensiva, dentre as quais geralmente se inclui o cheque pós-datado como forma de pagamento, passaram a integrar o contrato, vejamos:

Com a entrada em vigor no ano de 1990 do Código de Defesa do Consumidor, a transação efetuada entre o vendedor e o comprador firmando a forma de pagamento por meio do cheque pós-datado, passou a ter regulamentação expressa em lei, mediante a figura da oferta fixada no Código de Defesa do Consumidor. [...] tornou-se prática usual de estabelecimentos comerciais fazer propaganda ostensiva de seus produtos, para que possam ser adquiridos por intermédio do pagamento com cheques pós-datados. Porém, mal se lembram de que a informação ou publicidade da forma de pagamento perpetrada, integra o contrato a ser celebrado. (ANDREATTA, 2004, p. 61).

A oferta é regulamentada nos artigos 30 a 35 do Código de Defesa do Consumidor. A norma emanada do artigo 30 em comento deixa claro o caráter vinculante da informação e da publicidade, vejamos:

Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado (BRASIL, 1990).

O dispositivo legal acima transcrito consagra o princípio da vinculação publicitária, não havendo como excluir essa vinculação da oferta no caso do contrato que se firmou quando da emissão do cheque com data posterior de vencimento e da aceitação deste na data avençada. E não se trata, no caso, de erro escusável, como muitos doutrinadores insistem defender, porquanto a parte mais fraca que é o consumidor é surpreendida por essa mudança contratual - que está na base da oferta - e pode sofrer constrangimentos e vexames, atos repudiados pelo Código Consumerista.

Nunes, ao se referir ao erro escusável afirma que não pode o ofertante voltar atrás na oferta veiculada, salvo se a mensagem transmitida pela oferta por si só deixar transparecer claramente o erro escusável suscitado, vejamos:

Mas, então, pode-se perguntar, não haveria erro escusável? Não pode o fornecedor voltar atrás na oferta se agiu em erro ao veiculá-la? [...] A resposta à pergunta acima é não, com uma única exceção: é de aceitar o erro como escusa do cumprimento da oferta, se a mensagem, *ela própria*, deixar patente o erro, pois, caso contrário, o fornecedor sempre poderia alegar que agiu em erro para negar-se a cumprir a oferta. (NUNES, 2004, p. 391).

É o que a doutrina chama de fenômeno da vinculação, que vincula o fornecedor a cumprir a sua oferta, podendo o consumidor, no caso de frustração, exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos propostos na oferta; aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente; ou, ainda, exigir a rescisão contratual com a respectiva indenização por perdas e danos, nos termos normatizados pelo artigo 35, do Código de Defesa do Consumidor, vejamos:

Art. 35. Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha:

- I - exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade;
- II - aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente;
- III - rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos. (BRASIL, 1990).

Neste contexto, os doutrinadores observam que a publicidade tem relevância fático-jurídica, porquanto impõe ao fornecedor o cumprimento da promessa exteriorizada, através da qual atraiu o consumidor, sendo certo que deverão ser reparados, pelo fornecedor, os eventuais danos que causar a seu cliente em decorrência do descumprimento da proposta, vejamos:

Segundo Antônio Herman de Vasconcelos e Benjamim, a regra do CDC é ‘prometeu, cumpriu.’ No entanto, se o fornecedor recusar o cumprimento de sua oferta e apresentar o cheque antes da data combinada, é lícito ao consumidor exigir a rescisão do contrato, com a restituição da quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, com as perdas e danos (art. 35 do CDC). ‘A publicidade é necessária à economia de mercado, mas aparece, muitas vezes, como nociva ao público’. (ROZA, 2003)

Ademais, com o advento do Código de Defesa do Consumidor foi instituído o princípio da confiança do consumidor, tanto em relação ao vínculo quanto na prestação contratual que, segundo entendimento doutrinário, assim se caracteriza:

A proteção da confiança no vínculo contratual se ocupa em assegurar o equilíbrio das obrigações e deveres de cada uma das partes, inserindo a proibição de cláusulas abusivas e de uma interpretação sempre pró-consumidor. Já a proteção da confiança na prestação contratual, visa garantir ao consumidor a adequabilidade do produto/serviço adquirido, para assim combater antecipadamente riscos e prejuízos oriundos dos produtos/serviços. (ANDREATTA, 2004, p. 63).

Dessa forma, o entendimento firmado é de que a teoria da confiança se concentra na figura da pessoa que recebe a declaração de vontade e tem por finalidade amparar os efeitos oriundos do contrato celebrado entre as partes, bem como assegurar a proteção dos legítimos interesses e a segurança das relações (ANDREATTA, 2004, p.63-64).

Além do princípio da confiança, também está consagrado o princípio da boa-fé nas relações comerciais que se expressa da seguinte maneira:

O interesse social de segurança das relações jurídicas, diz-se, como está expresso no Código Civil alemão, que as partes devem agir com lealdade e confiança recíprocas. Numa palavra, devem proceder com boa-fé, advindo, daí, que, ao emitir-se cheque pós-datado, o consumidor confia em que a data apazada será respeitada pelo credor. (ANDREATTA, 2004, p. 64).

Assim, com o cheque pós-datado não poderia ser diferente, porquanto o ajuste estabelecido entre o consumidor e o fornecedor acerca da emissão do referido título para desconto somente em data futura há de ser cumprido nos termos convencionados, sendo que a questão da responsabilidade do fornecedor advinda desse acordo tem respaldo nas regras e nos

princípios do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que está vinculado ao cumprimento de sua oferta.

Ademais, ninguém está obrigado a receber cheque pós-datado como forma de pagamento, no entanto, se o aceita, está plenamente ciente da obrigação assumida. Deve, portanto, o tomador do título atuar com a boa-fé objetiva, respeitando em especial o dever anexo de lealdade e respeitar o prazo estipulado entre as partes. Se houve o acordo, o credor deve respeitá-lo. Se assim não fosse estar-se-ia inobservando a boa-fé objetiva, um princípio basilar das obrigações.

Em outras palavras, significa dizer que se trata de uma obrigação de não-fazer assumida pelo fornecedor no momento em que aceita o cheque pós-datado como forma de pagamento do produto ou serviço posto a disposição do consumidor, sendo que não poderá apresentá-lo antes da data avençada, sob pena de rompimento de uma das cláusulas contratuais, qual seja, a do prazo de apresentação. A inobservância do ajuste gera a responsabilidade de indenizar.

Fábio Ulhoa Coelho, ao se referir sobre assunto, com propriedade ressalta que “[...] o fornecedor que não observa os termos de seu acordo com o consumidor, deve indenizar as perdas provocadas. Trata-se de mera aplicação do princípio mais que assente na teoria da responsabilidade contratual” (COELHO, 2004, p. 442).

Assim, no caso de cheque pós-datado descontado antecipadamente pelo fornecedor, é lícito ao consumidor ingressar nas vias judiciais pleiteando a rescisão contratual e a respectiva indenização por perdas e danos sofridos, tal qual prevê o inciso III, do artigo 35, do CDC, visto que cabe ao credor zelar pela estrita observância do acordo oralmente estabelecido com o consumidor, emitente do cheque pós-datado, já que agindo dessa forma preferiu documentar o crédito, postergando a data de apresentação do título à instituição financeira correlata.

Dessa forma, o consumidor que se deparar com a apresentação antecipada do cheque pós-datado que outrora foi aceito pelo fornecedor quando da realização do ajuste, poderá experimentar prejuízos que podem se dar de forma diferente caso seja ou não liquidado o título apresentado precipitadamente, dando ensejo a indenização pelos danos sofridos, que podem ser tanto de ordem material, quanto moral.

Na primeira hipótese, se o cheque pós-datado apresentado de forma precipitada for liquidado pelo banco (sacado), caberá ao consumidor a indenização pela inadimplência da obrigação de não fazer contratualmente assumida pelo credor, englobando a perda do consumidor em virtude de antecipação de desembolso e ainda pela não remuneração de recursos do correntista em aplicações financeiras (COELHO, 2004, p. 442).

O dano material, neste caso, ocorre quando o cheque pós-datado é apresentado ao sacado e este o paga prontamente havendo saldo em conta para tanto, já que não está vinculado ao pacto celebrado entre o emitente e o tomador em relação à data futura, conforme veremos mais adiante, devendo pagar o referido título no momento de sua apresentação se preenchidos os demais requisitos legais. Nesta hipótese o cheque é devidamente compensado, mas o emitente pode sofrer, em virtude da antecipação do saque, diversos danos de ordem material, vejamos:

O dano será somente material caso haja perda monetária pela antecipação do saque, no valor das taxas de remuneração do capital resgatado ou dos juros cobrados pelo crédito utilizado, situação geralmente ocorrida quando o cheque pós-datado é apresentado antes da data pactuada e existirem fundos disponíveis na conta corrente do emitente. (ANDREATTA, 2004, p. 73).

De outro norte, se o caso for de devolução do cheque pós-datado por insuficiência de fundos, segundo ensinamento de Coelho terá o consumidor, em caso de execução judicial, o direito de exigir que os prejuízos sofridos, tais como taxas de serviço de compensação bancária e outros provenientes do contrato estabelecido com o banco, sejam abatidos do valor do débito cobrado, condenando, ainda, o fornecedor nos honorários de sucumbência (COELHO, 2004, p. 442).

Estas duas situações acima expostas referem-se tão-somente aos possíveis danos materiais que o consumidor, emitente do cheque, pode sofrer.

No entanto, os prejuízos não se limitam aí. Temos também os danos morais que decorrem da hipótese de devolução por insuficiência de fundos do cheque pós-datado apresentado antes da data avençada. Tal situação acarreta ao consumidor a nefasta inscrição de seu nome no Cadastro de Emitentes de Cheques sem fundos (CCF) e em serviços de proteção ao crédito como SERASA, Telecheque, e outros, expondo-o a constrangimento, maculando a sua honestidade, podendo, ainda, ter sua conta encerrada, vez que a obrigação de não fazer do fornecedor, ou seja, de não apresentar antes da data aprazada os cheques pós-datados, foi descumprida, o que legitima os danos morais experimentados pelo consumidor (COELHO, 2004, p. 443).

Acerca do assunto a doutrina tem se manifestado no seguinte sentido:

Já quanto ao dano moral, caso o cheque com antedata seja apresentado antecipadamente e devolvido por falta de fundos, o emitente estará sujeito a ter sua conta encerrada no Banco sacado e conseqüentemente ter seu nome inscrito no cadastro nacional dos emitentes de cheques sem fundos, situação que provocará extremo constrangimento e possível abalo de crédito. (ANDREATTA, 2004, p. 73).

O entendimento Jurisprudencial acerca do assunto tem se revelado no seguinte sentido, vejamos:

RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. CHEQUE PÓS-DATADO. APRESENTAÇÃO ANTECIPADA. A apresentação precipitada de cheque pós-datado significa descumprimento de acordo, importando quebra do compromisso assumido, trazendo assim o elemento surpresa ao emitente, o que sem dúvida representa conduta ilícita, capaz de gerar danos de ordem material e extrapatrimonial passíveis de indenização, principalmente na hipótese de haver devolução do cheque por insuficiência de fundos e, sobretudo, inscrição em órgãos restritivos. APELO PROVIDO PARCIALMENTE. (Apelação Cível Nº 70018911248, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini Bernardi, Julgado em 27/06/2007).²

Vejamos ainda:

Ação de indenização por dano moral e material. Apresentação de cheque pós-datado antes do prazo, o que determinou o encerramento da conta corrente e o cadastramento do nome do emitente nos órgãos de inadimplentes. Dano material a ser ressarcido, consistente nas despesas comprovadas pela devolução do cheque junto ao banco. Dano moral *in re ipsa*, em face do lançamento do nome do emitente no SPC, cadastro de emitentes de cheque sem fundos - CCF e suspensão da conta bancária. O réu, ao receber o cheque pós-datado de um terceiro, que o havia recebido do emitente, fica submetido à mesma condição suspensiva quanto à apresentação daquele. Modificação da sentença apenas para majorar o valor da indenização do dano moral e conceder a indenização pelo dano material, readequando os encargos sucumbenciais. Apelo desprovido. Recurso adesivo provido. Por maioria. (Apelação Cível Nº 70013091418, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ney Wiedemann Neto, Julgado em 23/11/2006).³

A ação de indenização passível de ser proposta pelo consumidor – emitente do cheque – lesado pelo desconto antecipado, pode cumular as duas modalidades de dano, tanto o material quanto o moral, caso seja o título devolvido por insuficiência de saldo. No entanto, o *quantum* indenizatório em relação ao dano moral fica a critério do magistrado que deverá sopesar cada situação, já que não há parâmetro legal para tanto. Contudo, tal valor não poderá constituir enriquecimento sem causa para o demandante, mas deverá servir de desestímulo a repetição da conduta danosa.

CONCLUSÃO

No decorrer deste artigo ficou demonstrado que, segundo o entendimento doutrinário e Jurisprudencial, o cheque, título de crédito que é, sofre processo de desnaturação em sua natureza cambiária, visto que na prática, não raras as vezes, se altera o instituto previsto no

² Disponível em http://www.tj.rs.gov.br/site_php/jprud2/ementa.php, acessado em 06/09/2007.

³ Disponível em http://www.tj.rs.gov.br/site_php/jprud2/ementa.php, acessado em 06/09/2007.

artigo 32, da Lei nº 7.357/85, porquanto é emitido com aposição de data futura como forma de ampliação do prazo de pagamento.

Verificamos, também, que a lei não proíbe a emissão de cheque pós-datado, vez que o próprio parágrafo único, do artigo 32, acima mencionado, admite expressamente que pode haver emissão de cheque com data futura, quando dispõe que o cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação. Emitir cheque pós-datado, no entanto, não configura ato ilícito.

Assim, a aposição de data futura no cheque desnatura o título cambiário em relação ao emitente e o tomador. Estabelece-se, neste momento, uma relação contratual entre as partes que transformam o cheque em título de dívida civil e a este pacto ficam vinculadas. No entanto, a natureza contratual não retira do título a sua natureza cambiária, vez que esta subsiste já que o sacado pode efetuar o pagamento do valor nele mencionado, se preenchidos os demais requisitos legais, ainda que seja apresentado antecipadamente.

O prazo prescricional para o cheque pós-datado é o mesmo previsto no artigo 59, da Lei nº 7.357/85. No entanto, a contagem sofre alteração, devendo ter início a partir da primeira apresentação antecipada ao sacado do cheque cuja data futura é inserida no campo específico para a data de emissão, pois, do contrário estar-se-ia beneficiando o credor que descumpriu a obrigação de não fazer assumida com o emitente, uma vez que o prazo prescricional ficaria ampliado caso só se iniciasse a partir da data aposta no título, ainda não esgotada diante da apresentação antecipada.

Sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor, ainda mais está protegido o acordo celebrado entre o consumidor e o fornecedor de produtos e serviços, vez que este, geralmente, já se vincula ao cheque pós-datado antes mesmo de recebê-lo do seu cliente, visto que em sua oferta já ostenta que aceita o título desnaturado como forma de pagamento. Assim, perfeitamente cabível a indenização por danos materiais e morais sofridos pelo consumidor que foi lesado pelo descumprimento da obrigação de não fazer do fornecedor, tomador do cheque pós-datado.

No entanto, lamentavelmente até hoje não há regulamentação legal para a situação. O banco simplesmente paga ou devolve o título, no caso de insuficiência de fundos, uma vez que está adstrito à Lei. Só terá responsabilidade civil se descontar antecipadamente o título que estiver sob sua custódia em virtude de operação de desconto.

O notário/registrator também não poderá ser responsabilizado civilmente pelos prejuízos que o emitente vier a sofrer, visto que, assim como o banco, é terceiro estranho à relação contratual existente entre o emitente e o tomador do título pós-datado.

A responsabilidade civil, no entanto, recai sobre o tomador precipitado que descumpre os termos do ajuste realizado e apresenta o cheque antes do advento da data aprazada.

O emitente, por sua vez, não responderá pelo crime previsto no artigo 171, § 2º, VI, do Código Penal Brasileiro, visto que o costume difundido nas relações comerciais afastou a incidência do Código Penal, porquanto o título pós-datado é emitido como garantia de dívida, e não como ordem de pagamento à vista, tal qual previsto na Lei nº 7.357/85, o que afasta o dolo e não tipifica o delito.

Assim, concluímos que a situação posta neste artigo revela que se faz necessário que os legisladores pátrios se posicionem de forma expressa acerca do assunto, uma vez que cumpre ao Poder Legislativo editar normas que regulem o costume, e com o uso do cheque pós-datado não pode ser diferente, já que tal prática está consolidada nas relações comerciais e se reveste ainda de incertezas e imprecisões. Aliás, dúvidas não existem quanto ao uso do referido título de forma diversa daquela legalmente prevista, sendo que atualmente os Tribunais Pátrios procuram resolver da forma mais coerente possível os conflitos decorrentes de tal prática, razão pela qual não pode permanecer omissor o legislador diante da notoriedade do caso posto.

Afinal, o Direito não é uma ciência estagnada no tempo. Pelo contrário, deve acompanhar as variações e intercorrências, fluxos e refluxos no espaço e no tempo, de acordo com as necessidades sociais, elaborando novas leis ou reformulando as já existentes, evitando, assim, o surgimento de conflitos.

REFERÊNCIAS

ANDREATTA, Vanessa Regina. **O Cheque pós-datado em vista das exigências da lei do cheque**. São Paulo: Direito, 2004.

ALDROVANDI, Andrea. Cheque pós-datado. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 65, maio 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4048>>. Acesso em: 7 set. 2007.

ALMEIDA, Amador Paes de. **Teoria e prática dos títulos de crédito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Brasília, 10 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997**. Brasília, 10 set. 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9492.htm>>. Acesso em: 7 set. 2007.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Brasília, 11 set. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8078.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 7.357, de 02 de setembro de 1985**. Brasília, 2 set. 1985. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L7357.htm>>. Acesso em: 7 set. 2007.

BRASIL. **Código brasileiro de defesa do consumidor**. Comentado pelos autores Ada Pellegrini Grinover, Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin e, Daniel Roberto Fink, José Geraldo Brito Filomeno, Kazuo Watanabe, Nelson Nery Junior, Zelmo Denari. 8. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso ordinário em hábeas corpus nº 13.793 – SP (202/0169545-2)**. Recorrente: Jacinta de Medeiros Trivelatto. Recorrido: Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo. Relatora: Ministra Laurita Vaz. Brasília, 2 de dezembro de 2003. Disponível em:

<<http://www.stj.gov.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=cheque+e+pr%E9-datado+e+crime&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=3>>.

CAHALI, Yussef Said. **Dano moral**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Danos morais: cheque sem fundos. **Consulex**, Brasília, DF, ano 3, n. 26. 28 fev. 1999.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 1

FIUZA, Ricardo. **Novo código civil comentado**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GAMA, Hélio Zaghetto. **Curso de direito do consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo direito**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2004.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 2.

RIEZO, Barbosa. **Do Cheque**: teoria, legislação, jurisprudência e prática. São Paulo: Lexbook, 1999.

ROZA, Adriana de Andrade. O cheque "pré-datado" à luz do código de defesa do consumidor. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 63, mar. 2003. Disponível em:

<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3842>>. Acesso em: 7 set. 2007.

SILVA, Rosângela. **Do cheque pré**: teoria, jurisprudência, legislação, prática. São Paulo: Edijur, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: parte geral. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. v. 1.